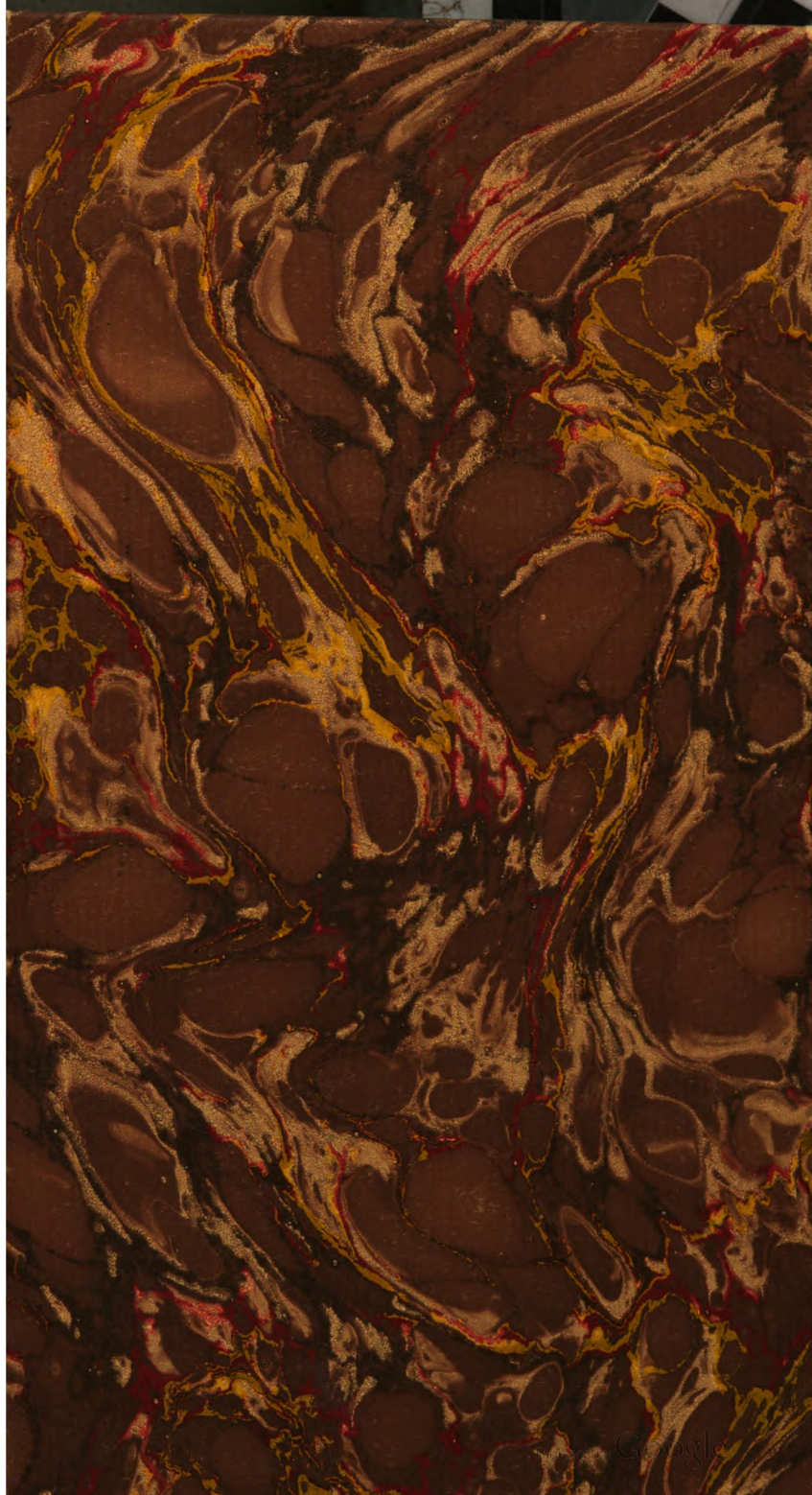






HARVARD
COLLEGE
LIBRARY

A gift from

The Robert C. Smith, Jr. Fund

for Portuguese Studies

HARVARD UNIVERSITY



O NOVO COMPROMISSO
DA
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA
DE
MACAU.

*Elaborado por uma commissão nomeada
para esse fim pela assemblêa dos
irmãos de 30 de janeiro de 1906,
nos termos do artigo 6.º, para-
grapho unico do decreto de 3 de
novembro de 1905, approved pela
assemblêa geral dos irmãos de 4
d'agosto de 1906, e legalisado pela
portaria provincial n.º 127 de 23
de agosto de 1906.*



MACAU

Typ: MERCANTIL, DE N. T. FERNANDES E FILHOS

1906.



GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

Portaria

N.º 127

Tendo-me sido presente um officio da Provedoria da Santa Casa da Misericordia de Macau, com uma copia da acta da sessão da assembléa geral dos irmãos da mesma Santa Casa de 4 de agosto do corrente anno, onde se pedem umas alterações ao novo compromisso d'aquella instituição, approvado em portaria n.º 76 de 5 de junho ultimo;

Tendo ouvido sobre o assumpto o Conselho de Provincia, e com o seu voto unanime, nos termos do disposto no artigo 2.º do decreto de 22 de outubro de 1868, esclarecido pela portaria regia de 26 de outubro de 1869, applicavel ás provincias ultramarinas, e como essas modificações pedidas não vão de encontro ao determinado no § unico do artigo 6.º do decreto de 3 de novembro de 1905:

Hei por conveniente approvar o mencionado compromisso, com as referidas modificações, que consta de 115 artigos e baixa assignado pelo secretario geral interino d'esta provincia, ficando assim modificado o compromisso approvado em portaria n.º 76 de 5 de junho ultimo.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Macau, 23 de agosto de 1906.

O Governador da provincia,
Martinho Pinto de Queiroz Montenegro.

O novo compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau

CAPITULO I

Dos fins da irmandade

ARTIGO 1.º

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau, instituída em 1569, remodelada pelo compromisso aprovado pelo alvará regio de 23 de novembro de 1648, (*) restaurada em 1891 pelo decreto de 15 de junho do mesmo anno, reorganizada pelo novo compromisso aprovado pela portaria provincial de 18 de maio de 1893 (†), e modificada quanto á constituição da sua mesa directora pelo decreto de 3 de novembro 1905, (‡) continúa, sob a protecção da Santissima Mãe de Deus, a chamar-se de Nossa Senhora da Misericórdia, e será regida nos termos d'este compromisso.

ARTIGO 2.º

Tem esta Irmandade por fim a pratica da virtude christã da caridade, assim no culto divino, como principalmente em actos de beneficencia e obras de misericórdia, devendo, por isso, nos limites de suas posses, e por sua ordem successiva, instituir, organizar e manter os seguintes estabelecimentos e serviços:

(*) Alvará regio de 23 de novembro de 1648. Vide appendice.

(+) Documentos relativos á restauração da Santa Casa em 1891 a 1893
Vide appendice.

(‡) Decreto de 3 de novembro de 1905. Vide appendice.

Estabelecimentos

- 1.º Hospital para enfermos d'ambos os sexos
- 2.º Asylo da infancia desvalida e dos orfãos.
- 3.º Hospicio de lazarus.
- 4.º Hospicio de alienados.
- 5.º Asylo de invalidos.
- 6.º Escolas profissionaes, principalmente do commercio.
- 7.º Casas de trabalho.

Serviços

- 1.º De soccorros aos necessitados.
- 2.º De visitas aos pobres, enfermos e presos.
- 3.º De enterramento dos mortos.
- 4.º De dotação de orfãos.
- 5.º De subsidios a alumnos pobres.

ARTIGO 3.º

Quando a irmandade não puder, por falta de meios, manter a seu cargo exclusivo alguns dos estabelecimentos designados no artigo 2.º, poderá subsidiar os estabelecimentos congêneres que existirem na cidade, mediante condições que, de mutuo accordo, forem estipuladas.

ARTIGO 4.º

Os estabelecimentos e serviços a cargo da Santa Casa serão regidos por regulamentos especiaes, formulados pela Mesa Directora e approvados pela assemblêa geral da Irmandade.

§ 1.º Estes regulamentos poderão ser alterados segundo exigirem as circumstancias da época.

§ 2.º Todos os estabelecimentos e serviços terão inventarios minuciosos dos objectos a elles pertencentes, que serão conformes com o inventario geral existente no cartorio.

ARTIGO 5.º

O hospital da Misericordia de Macau terá por fim soccorrer os individuos não militares que a elle recorrerem para se tratarem, e que não tenham direito a ser tratados no hospital militar.

§ 1.º No hospital da Misericordia poderá ser recebido, em circumstancias especiaes, algum funcionario civil, militar ou ecclesiastico.

§ 2.º O mesmo hospital não recebe doentes chineses pagãos, visto que para esses doentes existe o hospital chinês Keng-hü-i-iun.

§ 3.º Para os doentes chineses catholicos poderá haver, no hospital de S. Rafael ou fóra d'elle, uma enfermaria especial, com um numero limitado de camas.

§ 4.º Em caso de necessidade de urgente soccorro, o hospital da Misericordia poderá receber qualquer chinês que alli se apresente a reclamar tratamento, devendo, todavia, esse doente ser removido para sua casa, ou para o hospital chinês, logò que o medico declare que pode sem inconveniente fazer-se a remoção.

§ 5.º Nos casos difficeis de doenças complicadas, nos casos em que houver necessidade de fazer operações chirurgicas, e nos casos de parto, poderão os doentes chineses christãos ou pagãos ser admittidos no hospital da Misericordia, se o reclamarem.

ARTIGO 6.º

Uma commissão denominada “A commissão de soccorros aos necessitados,” formada de dois mesarios, como presidente e vice-presidente, e de tres irmãos ou mais, nomeados pela Mesa Directora, se encarregará da direcção dos serviços n.ºs 1. a 5. mencionados no artigo 2.º

§ unico. Um regulamento especial será formulado pela Mesa Directora e approved pela assemblêa geral para regular todos os diversos ramos d'esses serviços.

ARTIGO 7.º

Os soccorros aos necessitados, até onde permittirem as posses da Santa Casa, versarão sobre o seguinte :

1.º Soccorrer as crianças de ambos os sexos que não frequentem a escola por falta de calçados, roupas, e sufficiente alimentação, fornecer-lhes livros e materiaes escolares, e pagar as propinas, sendo necessario.

2.º Soccorrer com medicamentos, dietas, roupas e assistencia de serviços proprios da occasião, os doentes que, pelas suas circumstancias, não possam ser mandados para o hospital, como será por exemplo, qualquer pae ou mãe de familia cuja presença em casa possa ainda ser de auxilio para manter a boa ordem domestica.

3.º Prestar temporariamente soccorros de alimentação aos individuos de ambos os sexos que inopinadamente ficarem destituidos de meios de subsistencia, mas que podem ainda trabalhar, a quem, por isso, se tratará de proporcionar trabalho ou emprego, não podendo, porem, estes soccorros prolongar-se por mais de seis meses sem a approvação da maioria da mesa directora.

4.º Estabelecer, no asylo dos invalidos, uma *Cosinha Economica*, em que poderão ficar arranchados quaesquer individuos de fóra, mediante o pagamento adeantado da respectiva quota de despesa.

5.º Subsidiar com pequenas esmolas os individuos indigentes que, tendo attingido a idade de 60 annos, ou estando impossibilitados de trabalhar, não puderem, de modo algum, grangear os meios de subsistencia.

CAPITULO II

Dos irmãos

ARTIGO 8.º

Ha duas classes de irmãos: ordinarios e benemeritos.

ARTIGO 9.º

Nenhum individuo poderá ser admittido como irmão, sem que reuna os seguintes requisitos:

- 1.º Ser catholico, apostolico, romano;
 - 2.º Ser de maior idade;
 - 3.º Ter bom comportamento moral, civil e religioso;
 - 4.º Ter capacidade sufficiente para gerir os negocios da Santa Casa;
 - 5.º Ter meios sufficientes para se manter condignamente a si e a sua familia;
 - 6.º Estar domiciliado em Macau;
- § unico. Não é applicavel aos irmãos benemeritos este ultimo requisito.

ARTIGO 10.º

O numero dos irmãos é limitado a oitenta, excepto o caso previsto no artigo seguinte.

ARTIGO 11.º

Quando qualquer irmão ordinario se ausente de Macau por mudar definitivamente de domicilio, considerar-se-á vago o seu lugar.

Se, porém, voltar a domiciliar-se nesta cidade, entrará no exercício de suas funções de irmão desde que faça a sua apresentação à Mesa Directora.

§ unico. Quando por effeito d'esta apresentação, o numero de irmãos residentes em Macau fique superior ao designado no artigo 10.º, não será admittida na Irmandade pessoa alguma, enquanto não houver vaga em relação ao numero de irmãos designado no referido artigo.

ARTIGO 12.º

Sempre que occorra alguma vaga no quadro da Irmandades dar-se-á conhecimento d'esse facto ao publico por meio da um aviso affixado na porta do cartorio da Irmandade.

ARTIGO 13.º

A admissão dos irmãos ordinarios deverá ser solicitada pelos interessados, ou por um dos irmãos em petição dirigida por escrito, á Mesa Directora, depois do prazo de oito dias contados da data do aviso a que se refere o artigo 12.º, devendo constar da referida petição o nome, idade, estado, religião, occupação, filiação, e naturalidade do signatario ou do proposto.

ARTIGO 14.º

A petição será presente á Mesa Directora na primeira sessão, depois da sua apresentação, e a Mesa Directora, de harmonia, com o artigo 31.º n.º 3, procederá á votação por escrutinio secreto sobre a admissão dos irmãos.

§ 1.º O candidato que tiver a seu favor a maioria de votos, será considerado eleito.

§ 2.º A votação será feita com relação a cada um dos candidatos isoladamente, e regular-se-á pela maioria de votos.

ARTIGO 15.º

Quando o numero dos candidatos for superior ao das vagas existentes terão preferencia:

- 1.º Os mais votados.
- 2.º Os mais antigos pela data da petição.
- 3.º Os mais idosos.

ARTIGO 16.º

Os individuos residentes ou não em Macau que prestarem á irmandade serviços relevantes e que possuirem os requisitos exigidos

pelo artigo 9.º d'este compromisso poderão ser admittidos pela Mesa Directora como irmãos benemeritos, precedendo proposta de algum Mesario, devidamente motivada, com a indicação precisa do serviço prestado.

§ 1.º A estes irmãos, quando residentes em Macau, cabem iguaes direitos e deveres que aos irmãos ordinarios, salvo os privilegios que lhes são concedidos por este compromisso.

§ 2.º A admissão d'estes irmãos só poderá considerar-se realizada, quando todos os mesarios unanimemente a approvarem por escrutinio secreto.

ARTIGO 17.º

O individuo que for admittido como irmão ordinario ou benemerito, sendo residente em Macau, será desde logo avisado para, na primeira sessão, vir perante a Mesa Directora, prestar sobre os Santos Evangelhos o juramento seguinte:

Juro cumprir fielmente os deveres que me cabem, como irmão da Santa Casa da Misericórdia de Macau, em virtude das disposições do compromisso da dita Irmandade, da qual desde hoje faço parte.

§ 1.º O irmão benemerito que no acto da admissão não resida em Macau, prestará juramento na primeira oportunidade.

§ 2.º Em acto continuo ao juramento será entregue a cada irmão um exemplar d'este compromisso.

§ 3.º O candidato eleito não será considerado irmão da Santa Casa da Misericórdia de Macau emquanto não tiver prestado o juramento supra.

ARTIGO 18.º

Serão excluidos da Irmandade os irmãos que se acharem nos casos seguintes:

1.º Se forem convencidos em juizo d'algum crime infamante.

2.º Se recusarem acceitar, sem motivo justificado, os cargos para que sejam eleitos.

3.º Se durante um anno não comparecerem a nenhuma reunião ou acto a que são obrigados, salvo motivo justificado.

4.º Os que na administração dos bens da Santa Casa não cumprirem os preceitos estatuidos por este compromisso.

§ 1.º Dado o caso do n.º 4.º d'este artigo serão os irmãos responsáveis pelos prejuizos que vierem a causar á Irmandade.

§ 2.º Os irmãos excluidos em virtude dos numeros 1.º e 4.º d'este artigo nunca poderão ser readmittidos.

§ 3.º Os irmãos excluídos em virtude dos numeros 2.º e 3.º só poderão ser readmittidos passado um anno da sua exclusão.

CAPITULO III

Obrigações dos irmãos

ARTIGO 19.º

As obrigações dos irmãos são:

1.º Fazerem na occasião da admissão um donativo á Irmandade segundo as suas posses, porém nunca inferior a cinco patacas.

2.º Servirem os cargos para que sejam eleitos pela assemblêa geral, podendo ser dispensados quando reeleitos, ou tendo motivo justificado de recusa.

3.º Comparecerem ás reuniões da assemblêa geral.

4.º Acompanharem os enterros dos confrades.

5.º Assistirem aos actos religiosos da Irmandade com as respectivas insignias.

6.º Absterem-se, nas reuniões da Irmandade, de tratar de assuntos alheios ao fim d'esta instituição.

7.º Promoverem a prosperidade da Irmandade por todos os meios ao seu alcance.

§ 1.º O disposto no n.º 1.º d'este artigo não é obrigatorio para os irmãos benemeritos.

§ 2.º O irmão eleito para qualquer cargo, querendo ser isento d'essa responsabilidade, apresentará, estando presente á sessão em que seja eleito, os motivos da sua escusa; e, não estando, dirigirá á Mesa Directora o seu pedido dentro de oito dias da eleição, para ser devidamente por ella apreciado.

§ 3.º Sendo concedida a escusa a que se refere o paragrapho 2.º, será chamado o irmão que fôr immediato na ordem da votação para preencher o lugar.

ARTIGO 20.º

Não podem exercer os cargos da Irmandade:

1.º Os privados legalmente da administração de seus bens.

2.º Os devedores á Irmandade.

3.º Os que tenham quaesquer contractos ou pleitos com a Irmandade, não se comprehendendo naquelles a emphyteuse e contrato de arrendamento predial, quando satisfizerem regularmente o encargo.

4.º Os empregados remunerados da Irmandade.

§ 1.º São incompatíveis para servir simultaneamente na Mesa Directora da Irmandade os ascendentes e descendentes, os sogros e genros, os irmãos, os cunhados, e os socios da mesma firma commercial ou industrial.

§ 2.º Os irmãos que tiverem feito parte da Mesa dissolvida pela auctoridade publica não são elegíveis na eleição que se seguir a essa dissolução.

ARTIGO 21.º

Todos os irmãos teem direito:

1.º A votar.

2.º A serem votados para os cargos da Irmandade, salvo as excepções consignadas no artigo 20.º e seus paragraphos.

3.º A serem admittidos de preferencia nos recolhimentos da Irmandade, e, quer nelles, ou no hospital, a terem lugar nos quartos ou enfermarias especiaes de irmãos, quando os haja. A admissão no hospital será gratuita para os irmãos pobres, e os irmãos não pobres pagarão metade da taxa fixada na tabella do hospital.

5.º A terem para seus filhos e netos, de preferencia a quaesquer outros, e quando precisarem, livros escolares gratuitos e auxilio para pagamento de propinas.

6.º A terem para os filhos, quando orfãos de pae, os bons officios da Irmandade, para dirigir a sua educação e instrucção, e velar pelo seu bom comportamento e futura collocação.

7.º A applicação de dez missas por sua alma, quando fallecerem, participando egualmente de todos os suffragios que se fizerem pelas almas dos irmãos.

8.º A gozar das graças e indulgencias concedidas á Irmandade.

9.º Aos resposos de sepultura na capella do hospital da Misericordia, ou na do cemiterio.

10.º Ao uso gratuito dos utensilios funebres na occasião do seu enterro e, sendo pobres, ao enterramento á custa da Santa Casa.

§ unico. Aos bemfeitores da Irmandade é applicavel o disposto nos numeros 7.º, 8.º, 9.º e 10.º d'este artigo.

CAPITULO IV

Da Mesa Directora

ARTIGO 22.º

A administração da Santa Casa da Misericordia de Macan será confiada a uma Mesa Directora composta de:

1.º Um Provedor e dois adjuntos nomeados annualmente em portaria do Governador da provincia, em conformidade com o decreto de 3 de novembro de 1905.

2.º Dois adjuntos, eleitos annualmente pela assemblêa geral da Irmandade ou tambem nomeados pelo Governador, no caso de não se realizar a eleição no dia fixado para esse fim.

§ 1.º As nomeações e eleições far-se-ão de forma que a Mesa assim constituida tenha a sua primeira sessão para os effeitos da posse, que lhe será dada pela Mesa cessante, com assistencia do Administrador do Concelho, em 1.º de julho de cada anno.

§ 2.º Mesario algum poderá exercer as suas funcções por mais de dois annos consecutivos.

§ 3.º A Mesa na sua primeira reunião elegerá em escrutinio secreto os Mesarios que devam exercer os cargos de secretario, de thesoureiro e de directores dos diversos estabelecimentos e serviços a cargo da Irmandade.

§ 4.º Os mesarios nomeados pelo Governo, que não forem irmãos, são todavia obrigados a observar o compromisso d'esta Irmandade, e por isso prestarão perante a Mesa cessante o juramento prescrito pelo artigo 17.º d'este compromisso antes de tomarem posse dos cargos para os quaes foram nomeados, e desde então serão considerados irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Macau para todos os effeitos, com os direitos e deveres de irmãos, em quanto exercerem esses cargos.

§ 5.º Os cargos de Provedor, secretario, thesoureiro e adjuntos da Mesa Directora serão sempre desempenhados gratuitamente.

§ 6.º Os cargos de Mesarios da Santa Casa são accumulaveis com quaesquer funcções publicas.

ARTIGO 28.º

A Mesa cessante dará posse a nova Mesa no dia 1.º de julho, entrando esta immediatamente em exercicio.

§ unico. Como em 30 de junho termina o periodo de cada gerencia e não podem as contas respectivas estar fechadas e organisadas n'esse dia, a Mesa cessante continua a funcionar, unicamente para o effeito da prestação de contas, até o dia 15 de julho, devendo até esse dia estar concluidas as contas da gerencia finda; e competirá á meza cessante remettel-as á secretaria geral do governo para serem submettidas á approvação do Conselho da provincia.

ARTIGO 24.º

As deliberações da Mesa Directora serão tomadas por maioria de votos e sempre em votação nominal, salvo quando o escrutinio secreto seja requerido por qualquer mesario.

§ unico. Exceptuam-se as votações sobre a admissão e exclusão de irmãos, as quaes serão sempre por escrutinio secreto.

ARTIGO 25.º

A convocação da Mesa Directora será feita por meio de uma circular assignada pelo secretario, expedida pelo menos, com vinte e quatro horas de antecedencia.

§ unico. Nas circulares que respeitarem a reuniões extraordinarias deve declarar-se o motivo da convocação.

ARTIGO 26.º

A Mesa Directora em cada semana terá uma reunião ordinaria no dia e hora que escolher.

§ 1.º A sessão que tiver lugar no começo de cada mês, será especialmente destinada ao exame das contas do mês findo e á sua approvação.

§ 2.º As sessões extraordinarias serão convocadas pelo Provedor, quer seja por iniciativa do mesmo Provedor, quer a pedido de, pelo menos, dois mesarios.

ARTIGO 27.º

A Mesa Directora será presidida pelo Provedor, na sua falta ou impedimento pelo Secretario; e na falta ou impedimento d'este, pelo Thesoureiro.

§ unico. Na falta do Secretario, será nomeado pela Mesa um dos mesarios para o substituir durante a sessão.

ARTIGO 28.º

A Mesa Directora devidamente convocada poderá funcionar todas as vezes que estiver reunida a sua maioria, e sob a presidencia de qualquer dos membros da Mesa que para isso tenha competencia nos termos do artigo 27.º

ARTIGO 29.º

De tudo o que occorrer nas sessões se lavrará no livro competente a respectiva acta, que poderá ser escrita pelo escriptuario

da Irmandade ou seu ajudante, mas sempre sob a direcção e responsabilidade do Secretario, que, subscrevendo-a, a assignará juntamente com os vogaes da Mesa presentes á sessão.

ARTIGO 30.º

A administração de cada um dos estabelecimentos e serviços a cargo da Santa Casa será confiada a um dos Mesarios ou a uma comissão d'elles, como a Mesa entender conveniente.

§ unico. A este director ou comissão directora cumpre observar e fazer executar rigorosamente os respectivos regulamentos, dando mensalmente conhecimento á Mesa Directora do estado do estabelecimento, das irregularidades que tiver encontrado, e das providencias que tomou ou que julgue necessarias que a Mesa tome.

ARTIGO 31.º

Compete mais á Mesa Directora.

1.º Administrar zelosamente os bens proprios da Irmandade e todos aquelles cuja administração tenha sido confiada á mesma Irmandade.

2.º Regular a arrecadação de todos os capitães, fundos, bens e rendimentos da Irmandade e dar-lhes a applicação e emprego que entenda mais conveniente nos termos do artigo. 56.º

3.º Admittir e excluir os irmãos na conformidade d'este compromisso.

4.º Discutir e approvar os respectivos orçamentos de receita e despesa que devam ser submettidos á approvação superior.

5.º Formular os projectos de regulamentos por que teem de reger-se os differentes estabelecimentos e serviços a cargo da Irmandade e os de quaesquer alterações que a experiencia demonstre ser indispensavel introduzir.

6.º Organisar o relatorio e a conta da gerencia annual, que até 10 de julho será entregue aos revisores a que se refere o numero 3.º do artigo 48.º Este relatorio, a conta da gerencia, e o inventario do activo e passivo da irmandade deverão ser impressos e distribuidos a todos os irmãos juntamente com uma relação impressa dos mesmos.

7.º Praticar e promover com o maior zelo todos os actos conducentes aos fins da Irmandade e fazer celebrar com o devido esplendor as festividades e actos do culto divino a cargo da Irmandade.

8.º Dar cumprimento ás resoluções da assembléa geral.

9.º Resolver sobre a aceitação de heranças, doações, legados e donativos feitos incondicionalmente á Irmandade.

10.º Dar cumprimento a todos os legados e obrigações a que a Irmandade esteja sujeita.

11.º Fazer registar devidamente na Conservatoria os titulos de suas propriedades.

12.º Deliberar sobre pleitos a intentar ou defender e sobre transacções, comtanto que estas não envolvam actos de alienação de bens immobiliarios, papeis de credito, devendo em taes casos ser convocada a assemblêa geral para resolver sobre o assunto, e solicitar subsequentemente a approvação do Conselho de provincia.

13.º No acto da posse á nova Mesa nos termos do artigo 23.º, fazer-lhe a entrega minuciosa de todos os titulos e haveres da Irmandade, o que tudo constará da acta que deve ser assignada por ambas as Mesas.

14.º Rever e legalizar com a sua assinatura o inventario de todos os bens da Irmandade, sejam de que natureza forem; e confrontar a conformidade dos inventarios descritos nos livros dos diversos estabelecimentos com o que constar do registo geral.

15.º Nomear todos os empregados que, segundo os regulamentos especiaes, devam haver nos diversos estabelecimentos e serviços da Irmandade, preferindo sempre, tanto quanto possivel, que estas nomeações sejam feitas por concurso e em harmonia com os diversos regulamentos especiaes, salvo quanto aos empregados menores.

16.º Admoestar, reprehender, suspender de vencimentos e demittir os empregados dos estabelecimentos da Santa Casa, quando haja causa legitima, devendo porém antes da applicação d'estas duas ultimas penas ouvir por escrito, quando seja possivel, os arguidos.

17.º Submitter em devido tempo a approvação do Conselho de Provincia os orçamentos de receita e despesa e a conta annual da gerencia.

18.º Fazer os avisos de que trata o artigo 12.º

19.º Estabelecer os subsidios e esmolas que se devam dar aos necessitados.

20.º Vigiar pela boa e regular escrituração de todos os livros da Irmandade em harmonia com as suas instrucções, que devem providenciar para que essa escrituração seja feita com a maxima simplicidade, mas clara e concisamente e em harmonia com as disposições legaes.

21.º Resolver sobre a legitimidade dos motivos de escusa apresentada pelos irmãos eleitos para os cargos da Irmandade, quando aquelles não assistirem á sessão da assemblêa geral, nos termos do § 2.º do artigo 19.º

22.º Resolver sobre a convocação da assemblêa geral, quando o julgue conveniente.

23.º Exigir do escripturario da Santa Casa uma caução de \$500, do recebedor auxiliar do thesoureiro uma caução de \$2000, e do cobrador, uma caução de \$200, sempre em dinheiro ou em hypotheca de predios na forma da lei.

24.º Providenciar para que nas mãos do recebedor não exista quantia superior ao valor da sua caução.

25.º Apresentar á confirmação do Prelado da diocese a nomeação do capellão, e bem assim a sua exoneração quando para isso haja motivos.

26.º Autorizar todas as despesas da Irmandade em face dos orçamentos approvados superiormente.

27.º Promover por todos os meios ao seu alcance o engrandecimento da Irmandade.

28.º Proceder, pelo menos uma vez por mês, ao balanço dos fundos existentes no cofre da Irmandade e sempre que qualquer mesario o requiera.

ARTIGO 32.º

A Mesa Directora, antes de resolver sobre a exclusão de qualquer irmão, deverá intimal-o para que elle, querendo, apresente a sua defesa no prazo de 10 dias contados da data do aviso que lhe fôr feito.

§ unico. Não tem, porém, o irmão de ser ouvido quando se dê o caso previsto no n.º 1.º do artigo 18.º

ARTIGO 33.º

Pelos actos individuaes e collectivos da Mesa, cabe ao Mesario que os ordenar ou approvar a responsabilidade do mandatario em conformidade das regras de direito commum.

ARTIGO 34.º

Compete ao provedor :

1.º Presidir ás reuniões da assemblêa geral e ás da Mesa Directora.

2.º Regular os trabalhos nas respectivas sessões.

3.º Formular os orçamentos de receita e despesa, e submettel-os á approvação da Mesa Directora.

4.º Representar a Irmandade em todos os actos publicos e em todos os actos administrativos e forenses em que tenha de intervir, nos termos das deliberações previamente tomadas pela Mesa Directora.

5.º Resolver sobre a convocação da Mesa Directora para as suas sessões ordinarias dentro do prazo determinado no artigo 25.º

6.º Determinar a convocação da Mesa nos casos previstos no artigo 26.º

7.º Inspeccionar directamente, ou mandar inspeccionar pelo Mesario que fôr delegado pela Mesa, os estabelecimentos e serviços a cargo da Irmandade.

8.º Ser um dos clavicularios do cofre da Irmandade.

9.º Assignar os termos da abertura e encerramento dos livros e rubricar as respectivas folhas.

10.º Assignar as ordens de pagamentos em harmonia com as deliberações da Mesa e dentro dos orçamentos.

11.º Despachar os requerimentos de expediente ordinario conforme julgue conveniente e os restantes em harmonia com as deliberações da Mesa.

12.º Elaborar o relatorio annual da gerencia da Irmandade mencionado no n.º 6.º do artigo 31.º e submettel-o á approvação da Mesa Directora.

13.º Assignar as correspondencias que houver de trocar-se com o Governador da provincia e quaesquer outras correspondencias officiaes.

14.º Resolver sobre qualquer assunto urgente, quando haja inconveniente na demora da convocação da Mesa Directora, devendo, porem, convocar extraordinariamente e com a maior urgencia a mesa directora para lhe dar conta do uso que fez d'esta faculdade, á qual fica reservado o direito de sancconar ou não o acto ou actos por elle praticados.

15.º Fazer executar as resoluções da assemblêa geral e da Mesa Directora.

16.º O Provedor, no seu impedimento temporario, será substituido pelo secretario; e, para os actos administrativos e forenses a que se refere o n.º 4.º d'este artigo, poderá tambem ser substituido por um mesario nomeado pela Mesa.

§ unico. Considera-se temporario o impedimento que não exceda tres meses.

17.º No impedimento prolongado do provedor, ou na sua falta causada por fallecimento, resignação ou qualquer outra causa, o governador da provincia nomeará outro individuo para o cargo de provedor.

ARTIGO 35.º

Compete ao Secretario :

1.º Ter sob a sua immediata direcção e fiscalização a 1.ª secção do Cartorio da Irmandade da Santa Casa.

2.º Dirigir sob a sua unica responsabilidade todo o serviço de escripturação da Irmandade, assinando todos os papeis de expediente, incluindo os avisos de convocação para as reuniões da assembléa geral ou Mesa Directora.

3.º Seguir no systema de escripturação dos livros da Irmandade os modelos approvados pela Mesa Directora.

4.º Ser um dos clavicularios do cofre da Irmandade.

5.º Verificar a exactidão e legalidade dos documentos de despesa e, depois de cumprida esta formalidade, fazer preencher e assinar as ordens de pagamento dentro dos limites orçamentaes, apresentando-as em seguida ao provedor para este auctORIZAR o pagamento.

6.º Assinar todos os documentos da cobrança, seja qual fôr a sua natureza.

7.º Passar qualquer attestado ou certidão em conformidade com os despachos do Provedor.

8.º Communicar aos interessados as deliberações tomadas pela Mesa.

9.º Formular conjuntamente com o Thesoureiro a conta annual de gerencia.

10.º Ter especial cuidado em que o cadastro dos predios, o inventario das acções das diversas compannias pertencentes á Santa Casa, a conta corrente dos mutuarios, e o inventario do activo e passivo da Irmandade estejam escripturados em dia.

11.º Não permittir que nos livros ou documentos se façam quaesquer rasuras ou emendas, devendo, qualquer erro ou engano ser resalvado, sendo a resalva assinada por elle secretario.

12.º Quando o Secretario fizer as vezes do Provedor ou tiver um impedimento prolongado, será nomeado pela Mesa em sessão um adjunto para servir de secretario, tanto nas sessões como fóra d'ellas; mas no caso de impedimento occasional será nomeado pela Mesa um adjunto para servir de secretario nas sessões.

ARTIGO 36.º

Compete ao Thesoureiro:

1.º Ter sob a sua immediata direcção e fiscalisação a 2.ª secção do Cartorio da Irmandade da Santa Casa.

2.º Fazer receber e arrecadar no cofre da Irmandade, todos os rendimentos em face das guias de receita passadas pelo Secretario, de forma que se cumpra integralmente o disposto no n.º 7 d'este artigo, pelo que é elle Thesoureiro o primeiro responsavel.

3.º Pagar todas as despesas da Irmandade em face das ordens de pagamento devidamente legalizadas na forma d'este compromisso e dentro das verbas orçamentaes.

4.º Apresentar à Mesa, mensalmente ou quando por ella lhe fôr exigido, um balanço do cofre.

5.º Escriturar ou fazer escriturar sob sua responsabilidade o livro de receita e despesa, de forma que, em cada verba, se faça referencia ao numero do documento que a comprove.

6.º Ser um dos clavicularios do cofre da Irmandade.

7.º Não consentir que em poder do recebedor estejam documentos de cobrança ou quantias superiores à caução deste.

8.º Dar aos fundos da Irmandade e aos que estiverem confiados à administração da casa a applicação determinada pela Mesa Directora.

9.º Ter especial cuidado em que os livros de carga das mobílias e utensílios dos estabelecimentos e serviços da Irmandade estejam escriturados em dia e que d'elles constem as alterações para mais ou para menos que forem occorrendo segundo as notas que os estabelecimentos e serviços lhe devem enviar.

§ 1.º O Thesoureiro será substituído no seu impedimento por um dos adjuntos nomeado pela Mesa.

§ 2.º É inteiramente prohibido ao Thesoureiro desviar do cofre da Irmandade, ou dos rendimentos que cobrar, qualquer quantia para outros fins que não sejam os auctorizados pela Mesa Directora, e sempre, ainda assim, dentro das auctorisações que a esta são concedidas por este compromisso.

ARTIGO 37.º

Compete a todos os Mesarios assistir regularmente ás sessões semanaes da Mesa e as outras para que forem convidados, salvo motivo justificado, devendo em tal caso participar à Mesa por escrito.

ARTIGO 38.º

A todos os membros da Mesa Directora compete aceitar e desempenhar zelosamente a direcção de qualquer estabelecimento ou serviço a cargo da Irmandade que lhe fôr distribuído pela Mesa na sua primeira reunião ou nas sessões seguintes, observando e fazendo observar as disposições especiaes e regulametaes do respectivo estabelecimentos ou serviço.

§ 1.º Esta distribuição será feita sob proposta do Provedor, com approvação da Mesa, podendo cada mesario accumular a direcção de 2 estabelecimentos ou serviços.

§ 2.º Esta distribuição versará sobre os seguintes pelouros:

1. Hospital de S. Raphael e estabelecimentos annexos.
2. Hotel Sanatorio "Boa Vista."
3. Asylo dos Orfãos e orfãs sustentadas pela Santa Casa na casa de beneficencia dirigida pelas irmãs cânossianas.
4. Comissão de soccorros aos necessitados.
5. Capella e utensilios funebres.
6. Rendimentos prediaes.
7. Reparações dos predios.
8. Loteria da Santa Casa.
9. Novas construcções.

§ 3.º Na commissão encarregada do serviço de soccorros entram sempre dois mesarios como presidente e vice-presidente.

§ 4.º Com o decorrer do tempo, e conforme exigirem as circumstancias da época poderá ser augmentado o numero de pelouros.

CAPITULO V

Da Assemblêa geral

ARTIGO 39.º

A Assemblêa geral da Irmandade é constituida por todos os irmãos residentes em Macau.

ARTIGO 40.º

A assemblêa geral será convocada, por ordem do Provedor ou por quem suas vezes fizer, por meio de uma circular assinada pelo irmão secretario e expedida com tres dias pelo menos de antecipação, indicando-se o local, o dia e a hora da reunião, o motivo da convocação, e o assunto que vai ser tratado.

§ unico. Em qualquer assemblêa geral tratar-se-á exclusivamente do assunto indicado na circular convocatoria.

ARTIGO 41.º

A assemblêa geral constituir-se-á logo que o numero de irmãos presentes seja pelo menos de dez, além dos Mesarios; e abrir-se-á a sessão meia hora depois da designada no aviso da convocação, sendo validas, para todos os effeitos legais, as deliberações que se tomarem.

ARTIGO 42.º

Sobre as deliberações tomadas pela assembléa geral não podem fazer reclamações ou protestos os irmãos que não tenham comparecido ás respectivas sessões.

ARTIGO 43.º

As deliberações da assembléa geral são tomadas por maioria de votos dos irmãos presentes, tendo o presidente, no caso de empate, voto de qualidade.

ARTIGO 44.º

A assembléa geral tem reuniões ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º Reunir-se-á em sessão ordinaria no dia 15 de junho de cada anno para a eleição de dois adjuntos em conformidade com o disposto no decreto de 3 de novembro de 1905, artigo 1.º

1. Estes adjuntos formarão parte da Mesa Directora da Irmandade que servirá no proximo anno economico.

2. Serão eleitos pela assembléa geral nessa mesma occasião 2 supplentes dos adjuntos da Mesa Directora.

§ 2.º Nessa mesma assembléa geral de 15 de junho serão eleitos tres irmãos revisores das contas da gerencia que vai findar.

§ 3.º Reunir-se-á extraordinariamente quando a Mesa Directora entender conveniente a sua convocação, ou quando esta seja requerida em petição assignada por cinco irmãos, dirigida ao presidente da Mesa, e na qual se declare o motivo que houver para isso, e o assunto que se pertende discutir.

ARTIGO 45.º

As reuniões da assembléa geral verificar-se-ão sempre no salão das sessões no edificio do cartorio da Irmandade.

ARTIGO 46.º

A assembléa geral será presidida pelo Provedor da Irmandade.

§ unico. Na sua falta presidirá o Secretario, na falta d'este, o Thesoureiro, e na falta d'estes dois mesarips, a assembléa nomeará por aclamação um irmão presente para presidente.

ARTIGO 47.º

Servirá de secretario da Mesa da assembléa geral o Secretario da Mesa Directora, e de escrutinadores dois irmãos nomeados pelo Provedor.

§ unico. Na falta do Secretario, o presidente nomeará para o substituir um dos irmãos presentes.

ARTIGO 48.º

Compete á assembléa geral:

1.º Discutir e approvar quaesquer alterações que seja necessario fazer a este compromisso, as quaes não poderão ser postas em execução sem a sancção da auctoridade competente.

2.º Eleger por escrutinio secreto os irmãos para os cargos de dois adjuntos da Mesa Directora nos termos do artigo 22.º n.º 2 d'este compromisso e outros tantos supplentes para servirem os cargos dos adjuntos da Mesa Directora dado o impedimento, a ausencia, ou fallecimento dos effectivos, devendo esta eleição ser feita nos termos do artigo 44.º d'este compromisso e com a observancia das formalidades geralmente usadas.

3.º Eleger na sua sessão annual ordinaria de 15 de junho tres revisores para examinarem as contas de gerencia da direcção que finda, bem como da respectiva escrituração em geral.

4.º Resolver sobre os recursos que a ella subirem de decisões da Mesa Directora.

5.º Auctorisar a contracção de emprestimos e a imposição de encargos permanentes nos capitaes ou bens da Irmandade, não se comprehendendo os adiantamentos sobre receitas da gerencia.

6.º Resolver definitivamente sobre os negocios da Santa Casa que a Mesa Directora entenda conveniente submeter á sua apreciação.

7.º Approvar e alterar os diversos regulamentos dos estabelecimentos a cargo da Santa Casa, precedendo proposta da Mesa Directora.

8.º Resolver sobre a aceitação de heranças, doações, legados e donativos feitos conditionalmente á Irmandade.

9.º Auctorizar a Mesa a alienar bens de raiz, devendo esta auctorização ser confirmada pelo Conselho de provincia antes de ser executada.

§ unico. Os revisores a que se refere o numero 3.º d'este artigo, findo o seu trabalho, formularão um relatorio que será presente ao Conselho de provincia com as contas examinadas, e no qual darão a sua opinião não só sobre as mesmas contas, mas tambem sobre o estado geral da respectiva escrituração da Irmandade.

ARTIGO 49.º

As resoluções dos diversos assuntos serão tomadas por votação nominal, salvo quando o escrutinio secreto seja requerido por tres irmãos presentes ás sessões.

§ unico. Exceptuam-se tambem os casos para os quaes se determine o contrario neste compromisso.

ARTIGO 50.º

Ao Presidente da assemblêa geral compete manter a ordem e dirigir todos os trabalhos nas sessões como fôr mais regular e conveniente.

ARTIGO 51.º

Ao Secretario incumbe a redacção das actas, e o ordenamento immediato da expedição de todos os avisos de deliberações tomadas que respeitem aos irmãos não presentes ás respectivas sessões, e a quaesquer individuos ou corporações estranhas.

ARTIGO 52.º

De tudo quanto se passar nas sessões deverá lavrar-se uma acta subscrita pelo Secretario e assignada pelos irmãos presentes.

CAPITULO VI

Dos fundos da Irmandade, sua applicação e administração

ARTIGO 53.º

Os fundos da Irmandade provém:

1.º Dos rendimentos dos bens que ora pertencem á Santa Casa da Misericordia de Macau, ou estão a seu cargo.

2.º Dos rendimentos dos capitães e bens que a Irmandade vier a adquirir por meio de legados, doações, annexação de bens de outras Irmandades ou confrarias e outros expedientes legaes.

3.º De donativos, esmolos, contribuições mensaes ou annuaes, bazares de prendas, recitas e da loteria auctorizada pelo alvará de 5 de julho de 1810.

4.º Dos subsidios que receber do governo, da camara municipal ou de qualquer outra corporação.

5.º Dos productos dos artefactos, manufacturados nos estabelecimentos da Santa Casa e do rendimento do trabalho das pessoas ali recolhidas.

6.º Da contribuição dos doentes não indigentes recolhidos no hospital da Misericordia.

ARTIGO 54.º

A Irmandade aceita legados e doações condicionaes, observando-se o seguinte :

1.º As despesas de administração, conservação e melhoramento d'esses bens e capitaes e os ganhos e perdas que porventura houver, recairão sobre os mesmos bens e capitaes.

2.º Pelo menos uma quarta parte do rendimento total liquido que houver, reverterá para a Santa Casa.

3.º Com relação á escrituração d'estes capitaes e bens guardar-se-ão sempre contas especiaes.

ARTIGO 55.º

Para a aceitação de que trata o artigo 54.º deverá preceder proposta dirigida á Mesa Directora e em que se exponham as condições especiaes a cumprir.

§ 1.º A Mesa discutirá em sessão a referida proposta e formulará o seu parecer para ser presente á assembléa geral a fim de se resolver sobre a sua aceitação.

§ 2.º Só serão considerados aceitos os legados e doações condicionaes quando a assembléa geral auctorisar a Mesa a aceitá-los.

ARTIGO 56.º

Os fundos da Irmandade podem ser empregados :

1.º Em compra de predios urbanos, precedendo as formalidades legais e em harmonia com o decreto de 6 d'abril de 1893 e com as instrucções da portaria do governo da mesma data.

2.º Em compra de acções de banco e outras associações de responsabilidade limitada que offereçam garantia de segurança.

3.º Em empréstimos sob hypotheca de predios urbanos ou garantia de acções de bancos ou outras associações.

§ 1.º Tanto as propriedades hypothecadas como as acções empenhadas deverão ter um valor venal superior á importancia abonada e mais um terço.

§ 2.º Nos empréstimos sobre acções deve impôr-se a obrigação de que ao mutuario cabe o dever de reforçar a garantia prestada, quando houver baixa no valor das acções e receba para isso aviso da Mesa Directora.

§ 3.º Se a garantia a que se refere o § antecedente não fór reforçada dentro de 10 dias contados da data do aviso feito para esse fim, fica o direito salvo á Mesa Directora de proceder á venda das acções empenhadas, para reembolso do seu capital e juros devidos.

§ 4.º Nos empréstimos garantidos por hypotheca de predios, deverão estes ser segurados contra o risco de incendio por conta do hypothecario em companhia de seguro da escolha da Mesa Directora, devendo a apolice, feita em nome da Santa Casa ou endossada a ella, ser entregue á Mesa Directora.

§ 5.º Nos empréstimos garantidos por acções de banco ou outras companhias serão as acções transferidas para o nome do Provedor, o qual em seguida depositará no cofre forte da Irmandade novas formulas de transferencia por elle assinadas em branco com os numeros das ditas acções, para se effectuar a transferencia aos mutuarios, logo que elles paguem o capital e os juros dos empréstimos.

§ 6.º As despesas de transferencia serão pagas pelo mutuario.

ARTIGO 57.º

Não é permittido effectuar mutuo de capitaes da Santa Casa sob fiança individual.

ARTIGO 58.º

Tambem não é permittido, em caso algum, effectuar qualquer transacção por conta da Santa Casa sem se exigir a garantia devida e em forma legal, nos termos d'este compromisso.

ARTIGO 59.º

Os capitaes da Irmandade e os que estiverem confiados á sua administração não serão empregados na compra de predio ou de acções de qualquer banco ou companhia senão quando estiverem reunidos todos os cinco mesarios que constituirem a Mesa Directora, e quando haja voto affirmativo da maioria dos mesarios.

§ 1.º Igual formalidade se terá em vista quando se tratar de garantir qualquer empréstimo com acções das companhias.

§ 2.º Os fundos da Irmandade não poderão ser empregados em acções de companhias exploradoras de minas e d'outras que não tenham dado dividendo, nem taes acções poderão ser aceitas como garantia de empréstimos.

ARTIGO 60.º

Antes de se resolver difinitivamente sobre a applicação de quaesquer fundos, nos termos do artigo 56.º, deverá proceder-se á avaliação dos predios ou acções por peritos habeis nomeados *ad hoc* pela Mesa Directora e a um exame directo feito por dois mesarios pelo menos, quando se tratar de predios.

§ 1.º Do resultado d'essas avaliações e inspecção directa se deverá lavrar termos em um livro destinado a este fim.

§ 2.º As despesas que haja a fazer-se com estas avaliações, que serão feitas segundo os termos legaes, correrão por conta dos mutuários.

ARTIGO 61.º

Quando os fundos da Irmandade, ou os capitaes confiados á sua administração, forem empregados em acções de banco e d'outras companhias, o Provedor, ou o mesario, em cujo nome forem registadas as acções, assignará em seu nome como Provedor ou Mesario da Santa Casa da Misericordia e depositará em poder da Mesa uma formula de transferencia das ditas acções por elle assinada perante testemunhas, sem designar o nome do individuo para o qual as acções serão transferidas, mas consignando na dita formula os numeros respectivos das acções, e, além d'isso, assignará uma escritura publica com outorga de sua mulher, se fôr casado, declarando que as ditas acções não lhe pertencem, comquanto estejam registadas em seu nome, pois foram compradas com dinheiro da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Macau, e por isso se obriga, por si e por seus herdeiros, a transferir as ditas acções a quem a Mesa da Irmandade determinar.

§ unico. As disposições d'este artigo serão observadas igualmente com respeito ás acções já adquiridas, todas as vezes que houver mudança de provedor, ou de mesario em cujo nome estiverem registadas as acções.

ARTIGO 62.º

As acções das diversas sociedades e companhias que a Irmandade possui ou vier a possuir não poderão ser vendidas sem previa auctorização do Conselho de provincia.

CAPITULO VII

Rendimentos prediaes

ARTIGO 63.º

No arrendamento de predios urbanos da Santa Casa da Misericordia de Macau, a Mesa Directora terá em vista que um dos principaes motivos por que o governo, pelo seu decreto de 6 de abril de 1893, auctorizou a Santa Casa e as demais associações

de piedade e beneficencia de Macau a empregarem os seus capitães disponiveis na aquisição de predios situados nesta cidade, foi para remediar os inconvenientes que resultam á população portugueza de Macau da absorpção dos predios urbanos da cidade pelos chinas. (*)

ARTIGO 64.º

Os predios da Santa Casa dividem-se em duas classes, primeira e segunda; sendo a primeira composta de predios destinados principalmente á habitação de individuos não chinas, e a segunda de predios destinados para habitação de chinas e não chinas.

§ único. Quando os predios de primeira classe forem alugados a chinas na hypothese do § 5.º do artigo 67.º as suas rendas serão elevadas a 30 % mais sobre a base da licitação, a fim de cobrir as despesas das reparações dos estragos causados habitualmente pelos inquilinos chineses.

ARTIGO 65.º

Os predios de 1.ª classe estão situados nas ruas seguintes :

- 1 Rua Nova de S. Lazaro;
- 2 Rua do Volong;
- 3 Rua Conselheiro Ferreira d'Almeida;
- 4 Rua do Hospital;
- 5 Largo da Sé;
- 6 Travessa da Misericordia;
- 7 Rua do Roquete;
- 8 Rua de S. Lourenço;
- 9 Rua do Ignacio Baptista;
- 10 Rua de S. Miguel;
- 11 Rua de S. Roque;
- 12 Calçada de Santo Agostinho;
- 13 Rua do P.º Antonio;
- 14 Rua do Chunambeiro;
- 15 Rua da Esperança;
- 16 Rua de Tap-seac;
- 17 Calçada de S. Miguel.

§ 1.º A Mesa Directora poderá augmentar esta relação, se comprar ou construir mais predios adaptados á habitação dos não chinas, ou alteral-a, conforme exigirem as circumstancias da occasião.

(*) Decreto de 6 d'abril de 1893. Vide appendice.

ARTIGO 66.º

Os predios situados em outras ruas não mencionados no artigo 65.º, constituem a segunda classe.

ARTIGO 67.º

Todas as vezes que um predio da Santa Casa da Misericordia ficar devoluto, a Mesa Directora mandará pôr em hasta publica o arrendamento do dito predio, que será adjudicado perante a Mesa em sessão.

§ 1.º Os annuncios para hasta publica serão affixados á porta da Cartorio, á porta das igrejas de Sé, S. Lourenço e Santo Antonio, e publicados no *Boletim Official*, com 10 dias pelo menos de antecipação, a contar da data do annuncio; e nelle virá consignada a base da licitação fixada pela Mesa Directora.

§ 2.º A Mesa Directora, ao fixar a base para a licitação das casas de 2.ª classe, tomará em consideração os estragos que os chinas costumam fazer nas casas por elles habitadas e as subseqüentes reparações dispendiosas.

§ 3.º Todo o arrendamento deverá ser devidamente caucionado.

§ 4.º Na falta de fiador idoneo, o inquilino deverá depositar uma quantia equivalente a tres meses de aluguel para garantir o pontual pagamento dos alugueis.

§ 5.º Se na primeira praça não houver licitante, a Mesa Directora poderá arrendar o predio sem hasta publica, logo que appareça quem o queira, mesmo a inquilinos chinas para os predios de 1.ª classe, devendo em tal caso augmentar o arrendamento em 30.º sobre a base fixada para a licitação.

§ 6.º Fóra da hasta publica, não poderá o predio ser arrendado por menos do que a Mesa fixou para a hasta publica.

§ 7.º Fica encarregado de conceder taes arrendamentos o Mesario do pelouro de rendimentos prediaes.

§ 8.º No arrendamento de predios para habitação, o praso, em regra, não deverá exceder 3 annos, mas para lojas e casas de commercio, o praso poderá ser até de dez annos.

§ 9.º Quando um predio ficar devoluto por algum tempo sem obter arrendatario em hasta publica, nem fóra d'ella, a Mesa Directora poderá reduzir a renda segundo as circumstancias da occasião, annunciando novamente o arrendamento em hasta publica por preço reduzido.

§ 10.º O contrato do arrendamento será sempre assinado pelo Provedor.

§ 11.º Compete ao Mesario encarregado dos rendimentos prediaes velar pela fiel execução das disposições d'este compromisso relativas aos predios e seus rendimentos, sobre os contratos de arrendamento e cobrança dos rendimentos.

ARTIGO 68.º

A licitação verificar-se-á por meio de propostas em cartas fechadas, nas quaes será indicada a renda mensal offerecida, bem como o praso do arrendamento, o nome do fiador ou a declaração de que se faz o deposito a que se refere o § 4.º do artigo antecedente.

§ unico. Quando a Mesa julgar mais conveniente aos interesses da Santa Casa, poderá annunciar licitação verbal para a adjudicação dos arrendamentos.

ARTIGO 69.º

Na primeira hasta publica para arrendamento de qualquer predio de primeira classe serão admittidos sómente licitantes não chinas.

ARTIGO 70.º

No dia e hora designados no annuncio, a Mesa Directora reunida em sessão abrirá as propostas, e fará a adjudicação a quem offerecer maiores vantagens tanto com respeito ao preço da renda como ao praso do arrendamento.

§ 1.º Se houver mais de um individuo que faça igual offerta e esta fór a mais vantajosa, ou quando em vista das variadas condições das propostas a Mesa tiver duvida sobre qual seja a mais vantajosa, abrir-se-á licitação verbal entre os concorrentes.

§ 2.º Quando os preços offerecidos differirem entre si em quantias inferiores a uma pataca serão considerados iguaes, e poderá abrir-se licitação verbal.

§ 3.º Para garantir a sua boa fé, o proponente deverá ou apresentar a sua proposta assignada pelo fiador, ou depositar no cofre da Santa Casa uma quantia equivalente a um mês de renda fixada como base da licitação; sem o que será rejeitada a proposta.

ARTIGO 71.º

O modelo do contrato de arrendamento dos predios será annualmente revisto pela Mesa Directora.

ARTIGO 72.º

Além das condições usuaves dos contratos d'esta natureza, serão nelles inseridas as clausulas seguintes:

1. O preço d'arrendamento mensal deverá ser pago adiantadamente em notas de banco correntes em Macau e em Hongkong, no cartorio da Santa Casa, até o dia 10 de cada mês, ou 10.º dia de cada mês do arrendamento, se este não começar no primeiro dia do mês.

2. Depois do dia 10 de cada mês, ou 10.º dia do mês do arrendamento, e não estando pago o aluguel, serão os fiadores avisados para effectuarem o pagamento por conta dos inquilinos.

3. No fim do mês e continuando a não ser pago o aluguel, a Mesa promoverá a cobrança judicialmente e poderá rescindir o contrato de arrendamento.

4. Se o inquilino em atrazo não tiver dado fiador, mas fez o deposito de tres meses de aluguel, será deduzido d'esse deposito um mês de aluguel em divida, sendo o inquilino immediatamente avisado para dentro de 5 dias perfazer a quantia estipulada do deposito, sob pena de ser rescindido o contrato de arrendamento e compellido a despejar a casa.

5. O inquilino não poderá subarrendar a casa sem o consentimento da Mesa.

6. O inquilino obriga-se a cumprir, na parte que lhe cabe, as disposições contidas no artigo seguinte, e a desistir da prevenção judicial para dar por findo o arrendamento.

ARTIGO 73.º

Tres meses antes de findar o praso de qualquer arrendamento, a Mesa Directora, tomando em consideração a procura de casas de habitação na cidade e outras circumstancias, tratará de apurar se deverá ou não ser elevada a renda; e, no caso affirmativo, fixará o preço do aluguel para o novo praso de arrendamento, communicando-o sem demora ao inquilino.

§ unico. Se o inquilino aceitar o preço fixado pela Mesa, renovar-se-á o contrato; e, se o não aceitar, ou não der resposta dentro de dez dias, será o arrendamento posto em hasta publica com as formalidades e segundo as regras indicadas no artigo 67.º e seus paragraphos.

ARTIGO 74.º

A fim de evitar que as despesas de reparações miudas, de pintura, da caiação, e de reconstrucção de predios, venham a desfaltar os capitães da Santa Casa, convem que dos rendimentos

prediaes saiam os recursos necessarios para estas despesas, bem como para premios de seguro contra o risco de incendio, por isso se observará o seguinte:

Do producto dos rendimentos prediaes da Santa Casa, cobrados quer seja mensalmente ou por qualquer outro período, deduzir-se-ão 21 % para constituir os tres seguintes fundos de reserva:—

1.º 10 % para constituir o fundo de reserva para a conservação dos predios.

2.º 10 % para constituir o fundo de reserva para capitalização destinada á reconstrução dos predios.

3.º 1 % para constituir um fundo de reserva para seguro contra o risco de incendio.

§ 1.º Estas deducções far-se-ão mensalmente antes de entrarem os rendimentos prediaes para as despesas geraes.

§ 2.º Guardar-se-ão contas separadas de cada um d'estes tres fundos de reserva.

§ 3.º No orçamento geral ordinario inserir-se-á a totalidade da quantia orçada annualmente dos rendimentos prediaes, com deducção de 21 % para constituir os tres fundos de reserva acima mencionados, de modo que entrem para a receita destinada a fazer face ás despesas geraes da Santa Casa só 79 % dos rendimentos prediaes.

§ 4.º A Mesa Directora guardará contas separadas d'estes tres fundos de reserva e empregará os capitães disponiveis dos ditos fundos com toda a prudencia e segurança, accumulando e addicionando os seus juros e rendimentos aos capitães.

§ 5.º Quando o fundo de reserva para seguro contra o risco de incendio chegar á metade do valor venal de todos os predios da Santa Casa, a Mesa Directora reduzirá a percentagem respectiva como julgar conveniente.

ARTIGO 75.º

Todas as despesas de reparações miudas, de caliação e pintura dos predios serão custeadas pelos fundos de reserva para a conservação dos predios.

§ 1.º A Santa Casa terá um olheiro permanente, que se empregará em visitar frequentemente os predios d'esta instituição, a fim de velar para que elles estejam sempre em bom estado de conservação, dando parte ao Mesario do pelouro de reparações miudas dos predios de quaesquer estragos que tiver notado para se fazerem as reparações logo no começo, evitando que os estragos tomem incremento.

§ 2.º Este olheiro ficará encarregado de vigiar todas as reparações miudas dos predios, caiação e pintura dos mesmos.

ARTIGO 76.º

Todas as obras de reparações miudas dos predios, de caiação e pintura serão orçadas pelo Mesario encarregado d'este ramo de serviço; e os orçamentos serão submettidos á approvação da Mesa, antes de serem executados.

§ 1.º Se o valor dos orçamentos não passar de \$60, proceder-se-á immediatamente á execução das obras.

§ 2.º Se o valor das obras passar de \$60, seguir-se-ão os tramites determinados pela portaria provincial n.º 119 de 7 de julho de 1904 e a empreitada das obras será adjudicada em hasta publica.

ARTIGO 77.º

O fundo de reserva para o seguro dos predios contra o perigo de incendio irá sendo accumulado e terá uma escrituração especial, devendo ser destinado exclusivamente para reparar as avarias e estragos causados por incendio nos predios da Santa Casa.

§ unico. Enquanto este fundo de reserva não chegar pelo menos a \$30.000, os predios da Santa Casa situados na Travessa do Soriano, na Rua do Bocage, na Travessa dos Trens ou em qualquer outro sitio do bazar chinês, poderão ser segurados contra o risco de incendio em qualquer companhia estrangeira, por ser grande o perigo de incendio naquelles sitios, saindo os premios de seguro dos respectivos alugueis dos predios segurados.

ARTIGO 78.º

Os fundos de reserva para capitalização destinada á reconstrucção dos predios terão a seguinte applicação:

1. Reconstruir os predios de Santa Casa que se arruinarem por completo.

2. Custear as despesas de reconstrucção de paredes e tectos dos predios de Santa Casa quando os fundos da conservação dos predios estiverem esgotados e inhabilitados a fazer estes concertos reaes.

§ 1. Estes fundos não serão empregados para despesas de concertos miudos de predios, para pintura e caiação dos mesmos, nem para acquisição e construcção de predios novos.

§ 2.º Os orçamentos para as obras que serão custeadas por estes fundos e pelos do seguro contra o risco de fogo, serão submet-

tidos á approvação superior segundo determina a portaria provincial n.º 119 de 7 de julho de 1904, quando excederem \$60.

ARTIGO 79.º

O Hotel Sanatorio Boa Vista terá uma escrituração separada, devendo ser prestadas á Mesa Directora contas de receita e despesa no fim de cada mês, e nessa occasião será entregue á mesma Mesa o saldo do rendimento.

§ 1.º Dos rendimentos do Hotel Sanatorio, depois de pagas as despesas, serão deduzidos não menos de 10%, nem mais de 20%, conforme a Mesa determinar, para constituir um fundo de reserva d'onde sairá o dinheiro para as despesas de reparações e asseio do mesmo hotel e para a renovação da mobilia e utensilios.

§ 2.º Esta deducção será feita pela Mesa antes de entrarem para as despesas da Santa Casa os rendimentos do hotel.

§ 3.º Este fundo de reserva terá uma escrituração separada e será destinado exclusivamente para beneficio do hotel.

ARTIGO 80.º

As despesas que houverem de ser custeadas pelos diversos fundos de reserva determinados por este compromisso, quando excedam \$60, terão de ser auctorizadas previamente pelo governador da provincia.

§ unico. Uma conta minuciosa de cada um d'estes fundos de reserva acompanhará a conta annual da gerencia quando esta fór submettida á approvação do Conselho de provincia.

CAPITULO VIII

Cartorio da Santa Casa

ARTIGO 81.º

O Cartorio da Santa Casa divide-se em duas secções: primeira e segunda.

ARTIGO 82.º

A primeira secção terá por fim escriturar todas as contas referentes aos bens, rendimentos, e despesas da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Macau.

ARTIGO 83.º

A segunda secção terá por fim arrecadar todos os rendimentos da Santa Casa da Misericórdia de Macau e fazer o pagamento de todas as despesas da mesma Santa Casa.

ARTIGO 84.º

O pessoal da 1.ª secção será o seguinte:

- 1 Escriuario;
- 1 Ajudante de escriuario;
- 1 Amanuense;
- 1 Amannense extraordinario para o serviço da loteria;
- 1 Cule para o serviço da limpeza do cartorio.

O escriuario será nomeado pelo Governador da provincia, precedendo concurso publico por provas publicas perante a Mesa, preferindo em igualdade de circumstancias o que tenha mais habilitações.

§ 1.º O vencimento do escriuario será proposto pela Mesa e approvedo pelo Governador da provincia.

§ 2.º O escriuario continuará a prestar caução no valor de \$500, em dinheiro, ou em hypotheca de predios. Sendo em dinheiro, será este depositado em algum banco, revertendo os juros para o caucionado.

§ 3.º Todos os outros empregados serão da nomeação da Mesa Directora da Santa Casa da Misericórdia.

ARTIGO 85.º

O pessoal da 2.ª secção será o seguinte:

- 1 Recebedor, auxiliar do thesoureiro;
- 1 Cobrador, que servirá tambem de continuo do cartorio.

§ 1.º O recebedor e o cobrador prestarão caução, o primeiro na importancia de \$2,000 e o segundo de \$200, devendo em ambos os casos ser feita a caução em dinheiro, ou em hypotheca de predios. Sendo em dinheiro, será este depositado em algum banco, revertendo os juros para os caucionados.

§ 2.º O recebedor, auxiliar do thesoureiro, será nomeado nas mesmas condições do escriuario e terá a seu cargo um cofre denominado "Caixa" onde guardará os fundos das cobranças dos rendimentos da Irmandade pelos quaes é responsavel até a sua entrega ao thesoureiro.

§ 3.º O recebedor, auxiliar do thesoureiro, é tambem encarregado de effectuar todos os pagamentos que haja a realizar em face dos documentos que para esse fim receber do thesoureiro, ao qual prestará contas diariamente cumprindo em tudo as instrucções que a Mesa formular para por elle serem observadas.

§ 4.º Este empregado prestará a caução acima indicada nos termos em que a mesma caução é exigida aos exactores da Fazenda aos quaes é equiparado para os effeitos criminaes.

§ 5.º O cobrador será da nomeação da Mesa Directora da Santa Casa da Misericórdia.

ARTIGO 86.º

A 1.ª secção ficará sob a immediata direcção e fiscalisação do secretario da Mesa Directora, cujos encargos e responsabilidade continuam a ser os mesmos que estão fixados no artigo 35.º d'este compromisso.

ARTIGO 87.º

A 2.ª secção estará sob a immediata direcção e fiscalisação do thesoureiro da Mesa Directora, cujos encargos e responsabilidade continuam a ser os mesmos que estão fixados no artigo 36.º d'este compromisso, sendo o recebedor um empregado destinado a auxilia-lo no desempenho de suas obrigações.

ARTIGO 88.º

Na primeira secção haverá os seguintes livros:

- 1 Livro “Diario”;
- 2 Livro “Razão”;
- 3 Livro de contas correntes;
- 4 Livro de conta dos rendimentos prediaes;
- 5 Livro de conta dos utensilios funebres;
- 6 Livro de conta do hospital de S. Raphael;
- 7 Livro de conta da Cosinha Economica;
- 8 Livro de conta de receitas eventuaes;
- 9 Livro de conta corrente da loteria;
- 10 Livro das actas das sessões da Mesa Directora;
- 11 Livro das actas das assembléas geraes;
- 12 Livro das actas da inutilização dos bilhetes premiados;
- 13 Livro das actas da extracção da loteria;
- 14 Livro de termos e contratos;
- 15 Livro da conta do Hotel “Boa Vista”;
- 16 Livro da conta do serviço da commissão de soccorros aos necessitados;

- 17 Livro de inventario geral do activo e passivo de Irmandade e cadastro dos predios;
- 18 Livro de registo de correspondencias;
- 19 Livro do indice do archivo;
- 20 Livro da conta do fundo de reserva para conservação de predios;
- 21 Livro da conta do fundo de reserva para a capitalisação destinada á reconstrucção de predios;
- 22 Livro de conta do fundo de reserva do Hotel “Boa Vista”;
- 23 Livro de conta do fundo de reserva para seguro contra o risco de incendio;
- 24 Livro de registo de orçamentos e contas de gerencia;
- 25 Livro de descargas das verbas orçamentaes;
- 26 Livro de registo dos bilhetes premiados;
- 27 Livro de registo de todos os documentos de cobrança;
- 28 Livro de registo dos balancetes mensaes;
- 29 Livro das actas das sessões da commissão de soccorros aos necessitados;
- 30 Livro do indice do archivo;
- 31 Livro da conta corrente dos mutuarios;
- 32 Livro do inventario das acções de diversas companhias pertencentes á Santa Casa.

§ unico. A Mesa Directora poderá adoptar outros livros auxiliares quando reconheça a sua necessidade.

ARTIGO 89.º

A 2.ª secção terá os seguintes livros:

- 1 Livro “Caixa Geral”;
- 2 Livro “Caixa Especial da Loteria;
- 3 Memorandum da conta entre o thesoureiro e o recebedor.
- 4 A caderneta em que serão descriptos os documentos arrecadados no cofre forte á prova de fogo, de que falla o artigo 108.º d’este compromisso.
- 5 Livro de carga geral de utensilios e mobílias dos estabelecimentos e serviços da Santa Casa.

§ unico. Todos estes livros, com excepção do da carga geral, serão escripturados pelo proprio punho do recebedor.

ARTIGO 90.º

O escripturario é o chefe da 1.ª secção e responsavel por todo o serviço de escripturação que á dita secção competir, e incumbelhe a distribuição do serviço e a sua fiscalisação.

§ 1.º As contas da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau continuarão a ser escripturadas segundo os principios da escripturação por partidas dobradas.

§ 2.º O escripturario fará mensalmente o balancete de prova extrahido do livro “ Razão ” e o apresentará á Meza Directora por occasião da prestação mensal das contas, devendo estes balancetes ser registados em livro especial.

ARTIGO 91.º

Os livros que deverão ser escripturados pelo proprio punho do escripturario são:

- 1 Livro “ Diario ”;
- 2 Livro “ Razão ”;
- 3 Livro de contas correntes;
- 4 Livro de conta do fundo de reserva para conservação de predios;
- 5 Livro de conta do fundo de reserva de capitalisação destinada á reconstrucção de predios;
- 6 Livro de conta do fundo de reserva para seguro dos predios contra o risco de incendio;
- 7 Livro das descargas das verbas orçamentaes;
- 8 Livro das actas das extracções da loteria;
- 9 Livro da conta corrente da loteria;
- 10 Livro da conta do Hotel Sanatorio “ Boa Vista ” e o livro da conta do fundo de reserva do mesmo hotel;
- 11 Livro das actas de inutilisação dos bilhetes premiados;
- 12 Livro do inventario geral de activo e passivo da Irmandade, e cadastro dos predios;
- 13 Livro da conta corrente dos mutuarios;
- 14 Livro do inventario das acções de diversas companhias pertencentes á Santa Casa.

ARTIGO 92.º

O ajudante do escripturario, além do serviço que lhe fôr incumbido pelo escripturario, escripturará, sob a sua immediata responsabilidade, os livros seguintes:

- 1 Livro da conta dos rendimentos prediaes;
- 2 Livro da conta dos utensilios funebres;
- 3 Livro da conta da Cosinha Economica;
- 4 Livro da conta do hospital de S. Raphael;
- 5 Livro da conta de receitas eventuaes;

- 6 Livro da conta da commissão do serviço de soccorros aos necessitados;
- 7 Livro de termos e contratos;
- 8 Livro das actas das sessões da Mesa Directora;
- 9 Livro das actas das assembléas geraes;
- 10 Livro de registo geral de todos os documentos de cobrança;
- 11 Livro das actas das sessões da commissão de soccorros aos necessitados;
- 12 Livro dos contratos de arrendamentos dos predios.

ARTIGO 93.º

O amanuense, além do serviço que lhe fôr incumbido pelo escriptuario, escripturará, sob a sua immediata responsabilidade os livros seguintes:

- 1 Livro de registo dos orçamentos e contas de gerencia;
- 2 Livro de registo dos balancetes mensacs;
- 3 Livro de registo de correspondencia;
- 4 Livro do indice do archivo.

ARTIGO 94.º

O amanuense extraordinario para o serviço da loteria terá a seu cargo todo e qualquer expediente referente á loteria que lhe fôr incumbido, e escripturará especialmente o livro de registo dos bilhetes premiados, divididos em decimas, com as descargas respectivas que costumam ser feitas á medida que os concessionarios da revenda dos bilhetes apresentarem os bilhetes premiados para serem inutilizados.

ARTIGO 95.º

Competirá á 1.ª secção preparar todos os documentos de cobrança dos rendimentos da Santa Casa, de qualquer natureza.

§ unico. Estes documentos de cobrança, antes de serem apresentados ao secretario da Mesa Directora para serem assignados, deverão ser processados pelo escriptuario, que os deverá rubricar como prova de ter verificado a sua exactidão.

ARTIGO 96.º

Os documentos de cobrança com os seus talões, depois de assinados pelo Secretario, serão entregues ao Thesoureiro, com uma guia de recceita, para se proceder á cobrança. Nessa guia

se descreverão o numero total dos documentos, a natureza do rendimento, o valor total dos documentos, e os numeros de ordem dos mesmos.

ARTIGO 97.º

O Thesoureiro, recebidos os documentos de cobrança, os entregará ao recebedor, devendo este assinar os talões dos mesmos documentos, como prova de que os recebeu, ficando desde então os ditos documentos sob a guarda e responsabilidade do recebedor. Esta responsabilidade só será dirimida pela apresentação da importancia cobrada ou dos mesmos documentos.

§ unico. O recebedor entregará ao Thesoureiro todas as quantias por elle cobradas e prestará diariamente as suas contas.

ARTIGO 98.º

Os talões dos documentos de cobrança, depois de assinados pelo recebedor, serão devolvidos ao escriturario.

ARTIGO 99.º

Compete ao Thesoureiro velar, sob a sua immediata responsabilidade pessoal, para que em poder do recebedor não fiquem dinheiro nem documentos de cobrança de valor superior á caução por elle prestada.

ARTIGO 100.º

As guias de receita enviadas pelo Secretario ao Thesoureiro com os documentos de cobrança devem ter talões, e estes serão rubricados pelo Thesoureiro ao receber a respectiva guia.

ARTIGO 101.º

Compete ao recebedor empregar todos os esforços e diligencias para effectuar a cobrança com a brevidade possivel, podendo empregar o cobrador para fazer a cobrança domiciliaria, porém em nenhum caso poderá confiar-lhe documentos de cobrança de valor superior á caução por elle prestada. Se o fizer será sob a sua responsabilidade, e entrará immediatamente no cofre com a quantia que o cobrador desencaminhar.

ARTIGO 102.º

Haverá um registo geral de todos os documentos de cobrança que sairem da 1.ª secção.

Esse registo conterà o seguinte :

Numero de ordem do documento ;

Nome do devedor ;

Natureza do rendimento ;

Quantia da divida ;

Data do documento ;

Data do pagamento ;

Referencia á folha do livro “Caixa” em que se dér entrada á importancia respectiva do documento.

§ 1.º A data do pagamento e a referencia á folha do livro “Caixa” deverão ser escrituradas pelo proprio punho do recebedor, que em cada assento porá a sua rubrica em seguida á referencia á folha do livro “Caixa.”

§ 2.º Este registo deverá ser apresentado á Mesa Directora nas sessões mensaes de prestação de contas.

§ 3.º A Mesa Directora, em vista d'este registo, mandará proceder judicialmente contra os devedores remissos, podendo julgar falhas as dividas reconhecidas como completamente inco-braveis.

ARTIGO 103.º

Competirá mais ao escriptuario o seguinte :

1. Velar para que os documentos de cobrança de juros de capitães mutpados estejam prontos no dia do vencimento dos mesmos juros.

2. Preparar a guia de receita logo que receba os mandados de cobrança dos dividendos (dividend warrants) das acções de diversas companhias de Hongkong.

3. Ter prontos no primeiro dia de cada mês os documentos de cobrança dos alugueis de casas, dos rendimentos do hospital procedentes de pensões mensaes pagas por conta de individuos alli albergados e das pensões mensaes da cozinha economica.

4. Preparar os documentos de cobrança de quaesquer outros rendimentos, logo que sejam devidos, no decurso do mês.

5. Fazer as diligencias para que os documentos sejam remetidos ao Thesoureiro para se proceder á cobrança.

6. Processar as ordens de pagamento e rubrical-as, verificando a sua exactidão, antes de as apresentar ao secretario da Mesa Directora, para dar cumprimento ao que se acha determinado no artigo 35.º n.º 5, d'este compromisso.

7. Velar para que todos os documentos que passarem por suas mãos estejam devidamente sellados.

8. Ter a seu cargo o archivo de Santa Casa e velar para que o indice do archivo esteja escripturado em dia.

ARTIGO 104.º

A Mesa Directora marcará um dia certo para pagamento aos empregados, e outro dia para pagamento aos fornecedores e outros.

ARTIGO 105.º

Todos os pagamentos continuam a ser feitos sob a responsabilidade do Thesoureiro na forma do artigo 36.º n.º 3, d'este compromisso, devendo o recebedor auxiliar-o em todo o serviço de expediente.

CAPITULO IX

Cofre da Santa Casa

ARTIGO 106.º

Terá a Irmandade um cofre á prova de fogo e serão seus clavicularios com responsabilidade solidaria o Provedor, Secretario e Thesoureiro da Mesa Directora da Santa Casa da Misericordia de Macau.

§ 1.º É prohibido a qualquer d'elles guardar a chave que competir a outro.

§ 2.º Não se poderá abrir o cofre sem estarem presentes todos os clavicularios.

ARTIGO 107.º

Todos os titulos dos predios e dos creditos da Irmandade, os titulos das inscrições, todas as cedulas das acções e suas transfe-rencias respectivas, os recibos dos depositos feitos nos bancos, e quaesquer outros documentos que representem valores, bens, creditos, direitos, obrigações e compromissos da Irmandade, bem como o dinheiro da Irmandade em metal e notas de banco, e o livro de inventario geral do activo e passivo da Irmandade serão arrecadados no cofre de triplice chave a que se refere o artigo antecedente.

ARTIGO 108.º

Haverá uma caderneta em que serão minuciosamente descritos os documentos arrecadados no cofre-forte.

§ 1.º Essa caderneta ficará em poder do Thesoureiro, mas serão rubricados pelos claviculários todos os assentos que nella se fizerem.

§ 2.º Todas as entradas e saídas dos documentos serão consignadas nessa caderneta.

§ 3.º As cédulas das acções com suas formulas de transferencia, em branco, devidamente assinadas, e os recibos de depositos feitos nos bancos, serão arrecadados numa gaveta interior do cofre, destinada especialmente para este fim, cuja chave será guardada pelo Provedor.

ARTIGO 109.º

A Mesa Directora é autorizada a depositar na agencia do Banco Nacional Ultramarino o dinheiro disponível da Santa Casa.

§ 1.º Tanto as guias de deposito como os cheques serão assinados pelos tres claviculários do cofre da Irmandade, os quaes rubricarão tambem os talões tanto das guias como dos cheques, ficando estes talões bem como o livro de cheques, os recibos do banco e o livrete de conta corrente, sob a guarda do Thesoureiro.

§ 2.º Nesses talões se fará referencia á folha do livro "Caixa" em que estiverem feitos os assentos referentes quer seja aos depositos feitos no banco, quer aos pagamentos feitos por meio de cheques. Esses talões serão rubricados tambem pelo escripturário.

CAPITULO X

Capella

ARTIGO 110.º

Competirá ao Mesario que fôr nomeado mordomo da capella o seguinte:

1. Velar pelo cumprimento dos legaos pios a que está obrigada esta Irmandade.

2. Zelar para que todos os actos do culto que a Irmandade tiver por dever cumprir, ou que a Mesa Directora determinar, sejam feitos com todo o decoro.

3. Velar pelo asseio e decoraçáo de todas as capellas da Irmandade.

ARTIGO 111.º

A Irmandade terá para o serviço do culto os capellães que forem necessarios, aos quaes compete:

- 1.º Celebrar missa nas capellas da Santa Casa em todos os domingos e dias santificados, segundo a intenção da Irmandade.
- 2.º Assistir a todos os actos religiosos da Irmandade.
- 3.º Dizer missa nos dias de festa da Santa Casa.
- 4.º Visitar muitas vezes os hospitaes sob a administração da Santa Casa, e residir em algum d'elles, se isso lhes fôr determinado.
- 5.º Visitar qualquer outro estabelecimento a cargo da Santa Casa, quando isso lhes seja recommendado pela Mesa Directora.
- 6.º Acompanhar os enterros dos irmãos, presidindo o parcho.
- 7.º Assistir ás sessões da Mesa Directora, quando para isso sejam convidados.
- 8.º Desempenhar nos estabelecimentos da Irmandade qualquer serviço religioso conforme as indicações da Mesa Directora, quando não sejam incompativeis com os direitos parochiaes.

ARTIGO 112.º

A Irmandade usará, nos actos publicos, a sua bandeira denominada “da Misericordia”; e os irmãos, uma capa preta com murça e capuz, tendo na frente da murça ao lado esquerdo o emblema da Santa Casa.

ARTIGO 113.º

Os actos do culto serão fixados pela Mesa Directora, não podendo de modo algum eximir-se á festa do Orago no dia de Santa Izabel, e a um officio em cada anno pelas almas dos irmãos defuntos.

ARTIGO 114.º

A Santa Casa terá dois jogos de utensilios funebres, de 1.ª e 2.ª classe, para o serviço de enterramentos.

§ 1.º O mordomo da capella velará para que estes utensilios estejam sempre em bom estado de conservação e de asseio.

§ 2.º Estes utensilios serão alugados por preços modicos.

§ 3.º Para os enterramentos dos individuos reconhecidamente pobres poderá ser concedido gratuitamente o uso dos utensilios de 2.ª classe.

CAPITULO XI

Disposições diversas

ARTIGO 115.º

Ao Inspector da Fazenda da provincia compete exercer a devida fiscalisação sobre a administração financeira e contabilidade da Santa Casa da Misericordia, procedendo a balanço ao cofre quando o entender conveniente, mas pelo menos uma vez por anno, dando conhecimento ao Governador, em relatorio circumstanciado, do estado da administração, irregularidades que notar e de tudo o mais que se lhe offerecer.

§ unico. No serviço d'esta administração observar-se-ão, na parte applicavel, os preceitos estabelecidos no regulamento de 3 d'outubro de 1901.

RESUMO

- Capitulo 1.º—Dos fins da Irmandade—artigo 1.º a 7.º
- Do. 2.º—Dos Irmãos—artigo 8.º a 18.º
- Do. 3.º—Obrigações dos irmãos—artigo 19.º a 21.º
- Do. 4.º—Da Mesa Directora—artigo 22.º a 38.º
- Do. 5.º—Da assemblêa geral—artigo 39.º a 52.º
- Do. 6.º—Dos fundos da Irmandade, sua applicação e administração—artigo 53.º a 62.º
- Do. 7.º—Rendimentos prediaes—artigo 63.º a 80.º
- Do. 8.º—Cartorio da Santa Casa—artigo 81.º a 105.º
- Do. 9.º—Cofre da Santa Casa—artigo 106.º a 109.º
- Do. 10.º—Capella—artigo 110.º a 113.º
- Do. 11.º—Disposições diversas—artigo 114.º a 116.º

APPENDICE

*Alvará pelo qual Sua Magestade El-Rei N. Sr. D. João IV
houve por bem de confirmar o Compromisso desta Santa
Casa, e a tomou de baizo de sua immediata protecção Real
no anno de 1643.*

Eu El-Rei, faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que pela petição ao diante escripta me enviarão dizer o Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericordia da Cidade de Macau da China ácerca da confirmação, que pedem do Compromisso atraz escripto, e visto as cousas que alegão, e resposta do Doutor Thomé Pinheiro da Veiga Procurador da Minha Coroa, a quem se deu vista da dita petição, e Compromisso, da qual consta, que o dito Compromisso não tem cousa que prejudique a jurisdicção, antes estava feito com grande piedade, e que Eu o devia confirmar por meu Alvará tomando a Confraria debaixo de minha immediata protecção conforme a primeira origem, e natureza desta Santa Casa e Confraria, para como tal gozar das prerogativas, izenção, e privilegios, que Eu lhe tenho concedido em geral, e aos doze Irmãos da Mesa de cada anno por ser de tudo benemerita aquella ultima Colonia, Hei por bem, e Me praz de confirmar, como por este confirmo, Hei por confirmado o dito Compromisso, na forma em que está, e que delle se possa uzar como pedem na dita petição: e Hei outro sim por bem de tomar a dita Confraria debaixo da Minha immediata protecção Real, e que como tal goze das prerogativas, izenções, e privilegios concedidos em geral ás Casas da Santa Misericordia, e aos doze Irmãos da Mesa de cada anno, na conformidade, que aponta o Procurador da Minha Coroa em sua resposta; pelo que Mando ao Provedor, e Irmãos da dita Santa Casa que ora são, e ao diante forem, e as Justiças Officiaes, e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, cumpram, e guardem este Alvará, e o dito Compromisso como nelles contem, o qual valerá posto que seu effeito haja de durar mais de um anno sem embargo da Ordenação Livro 2.^o titulo 40, em con-

trario. Manoel de Couto o fez em Lisboa a vinte e trez de Novembro de mil seis centos quarenta e trez. Jacinto Fagundes Bezerra a fez escrever (REI).

O qual Alvará atraz, e a cima escripto está aqui tresladado bem, e fielmente sem acrescentar, nem diminuir cousa que duvida faça, tirado do proprio original, que fica no Archivo desta Santa Casa no fim do Compromisso que esta Santa Casa mandou a El-Rei N. Sr. D. João o quarto em que elle está assignado por sua propria mão, a que me reporto, e a este se deve dar inteira fé, e credito como se dará ao proprio original se apresentado fosse: escripto, e assignado por mim Manoel Godinho de Sá Escrivão desta Santa Casa de Macau, em quatro de Junho de mil seis centos secenta e dous annos. *Manoel Godinho de Sá.*

Documentos relativos á restauração da Santa Casa da Misericórdia de Macau em 1891

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral do ultramar

1.^a Repartição

N.º 67

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe apresentou o Governador da provincia de Macau e Timor sobre as circumstancias extraordinarias em que de longos annos se acha a administração da Santa Casa da Misericórdia de Macau, e considerando a urgente necessidade de providenciar por forma a evitar que tão benemerita instituição se extinga á falta de irmãos, que a sustentem e administrem nos termos regulares do seu compromisso. Ha por bem auctorisar a commissão administrativa d'essa Santa Casa a proceder á admissão de novos irmãos com as formalidades, requisitos legais, recommendando áquelle magistrado que promova essa inscripção por todos os meios de persuasão ao seu alcance e marque dia para eleição da mesa logo que para isso haja numero sufficiente de elegiveis e de eleitores. O que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar se communica ao Governador da provincia de Macau e Timor, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 15 de julho de 1891.—*Julio M. de Vilhena.*

GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU E TIMOR

Portaria

N.º 13

Achando-se preenchidas as condições exigidas pela regia portaria de 15 de julho de 1891 que providencia acerca da reconstituição da irmandade de Santa Casa da Misericórdia de Macau: hei por conveniente determinar que no domingo 14 do corrente mez, pelas 2 horas da tarde, se proceda no local proprio, á eleição da mesa que deve assumir a administração da mesma Santa Casa durante o corrente anno, guardando-se n'esse acto as formalidades do compromisso e mais disposições em vigor.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta comptrir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo, em Macau, 3 de fevereiro de 1892.

O Governador da provincia,
Custodio Miguel de Borja.

SECRETARIA GERAL DO GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU E TIMOR

Por ordem superior se publica o seguinte:

Santa Casa da Misericórdia de Macau.—N.º 5.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho a honra de communicar a V. Ex.^a para que se digne levar ao conhecimento de S. Ex.^a o Governador da provincia que em conformidade da portaria provincial n.º 13 de 3 do corrente mez, procedeu-se hontem ás duas horas da tarde na sala das sessões da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia á eleição da mesa da irmandade da mesma Santa Casa; sahindo eleito para Provedor, com quatro pautas, o irmão Arthur Tamagnini Barbosa, para escrivão, com duas pautas, o irmão Pedro Nolasco da Silva, para thesoureiro, com duas pautas, o irmão conego Illidio Cardoso de Gouvea e para conselheiros com tres pautas, os irmãos Antonio Joaquim Garcia, Francisco Maria de Salles, Patricio José da Luz, conego Manuel José da Conceição Borges, Augusto Irmino Serpa e Joaquim Candido da Silva Telles, com duas pautas, os irmãos conego Francisco Pedro Gonsalves e p.^o Luiz Gonsaga Pereira.

Deus guarde a V. Ex.^a—Macau, cartorio da Santa Casa, 15 de fevereiro de 1892.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Secretario Geral do Governo da provincia de Macau e Timor.—O presidente, conego *Francisco Antonio d'Almeida.*

GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU E TIMOR

Portarias

N.º 18

Tendo sido eleita a mesa da antiga irmandade da Santa Casa da Misericórdia d'esta cidade, em virtude do determinado na regia portaria de 15 de julho de 1891 : hei por conveniente determinar que na proxima quarta-feira 24 do corrente mez, a commissão administrativa d'aquella Santa Casa proceda á entrega dos bens, archivos e outros effeitos a seu cargo, á actual mesa eleita, devendo, findo que seja a referida entrega, considerar-se dissolvida a mesma commissão.

Outrosim hei por conveniente louvar os membros da alludida commissão pelos serviços prestados durante a sua administração.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo, em Macau, 17 de fevereiro de 1892.

O Governador da provincia,
Custodio Miguel de Borja.

N.º 90

Tendo-me sido presente o compromisso da “Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau,” que previamente foi approved por todos os irmãos ;

Tendo ouvido sobre o assumpto o conselho da provincia, e com o seu voto unanime, nos termos do disposto no artigo 2.º do decreto de 22 d'outubro de 1868, esclarecido pela portaria regia de 26 d'outubro de 1869 e applicavel ás provincias ultramarinas, segundo foi declarado ao governador geral do Estado da India em officio da direcção geral do ultramar de 13 de julho de 1881 :

Hei por conveniente approvar o mencionado compromisso da “Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau,” que consta de sessenta e cinco artigos e baixa assignado pelo secretario geral do governo d'esta provincia.

Palacio do governo, em Macau, 18 de maio de 1893.

O Governador da provincia,
Custodio Miguel de Borja.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral do ultramar

Tendo a provedoria da Santa Casa da Misericordia de Macau requerido que lhe seja permittida a acquisição por titulo oneroso de predios situados na mesma cidade ;

Considerando que altas rasões de ordem politica e economica aconselham o deferimento d'essa pretensão, apoiada nas estatisticas e nas informações officiaes:

Considerando que os capitães crescentes d'aquella pia instituição e das outras corporações de beneficencia de Macau podem assim obter mais segura e mais lucrativa collocação em puro beneficio dos seus humanitarios fins ;

Considerando que os empregos d'esses capitães na compra de predios em Macau, não só terá vantagem de fazer recolher a esta cidade quantias, relativamente importantes, que estão beneficiando o commercio de uma colonia estrangeira, mas tambem fará elevar o rendimento d'aquelles estabelecimentos pios, habilitando-os a desenvolver a sua acção caritativa e a alargar a area da sua boa influencia ;

Considerando que, segundo informações officiaes, os predios em Macau estão sendo, pela maior parte, adquiridos pelos capitalistas chinas, que os reservam para uso proprio, tornando assim cada vez mais elevadas as rendas das casas de habitação, devendo temer-se que em curto praso só muito difficilmente se obtenham os edificios necessarios para o alojamento dos empregados publicos e dos europeus em geral ;

Considerando que, mantendo-se a tutela e inspecção superior do estado sobre o uso d'esta auctorisação, excepcionalmente concedida ás referidas associações, de piedade e beneficencia, nem ha o perigo politico de ellas se desviarem dos fins do seu instituto, nem os inconvenientes economicos da immobilisação perpetua da propriedade ;

Usando da auctorisação conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro acto addicional á carta constitucional da monarchia ;

Tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e o conselho de ministros ;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São auctorisadas a Santa Casa da Misericordia e as demais corporações de piedade e beneficencia de Macau a empregar os seus capitães disponiveis na acquisição de predios situados na mesma cidade,

§ unico. A celebração dos respectivos contratos fica dependente da approvação do governo da provincia, observando as instrucções que pelo governo lhe forem expedidas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 6 de abril de 1893.—REI—*João Antonio de Brissac das Neves Ferreira.*

N.º 43

Tendo o Decreto com força de lei datado de hoje auctorizado a Santa Casa da Misericordia e as demais corporações de piedade e beneficencia existentes em Macau a empregar os seus capitaes disponiveis na aquisição de predios situados na mesma cidade, e convindo providenciar para que as referidas corporações não façam d'esta auctorisação um uso menos legitimo e menos consentaneo com os interesses que lhes estão confiados; Ha por bem Sua Magestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, determinar que o Governador da provincia de Macau e Timor, no exercicio do direito de tutela que lhe compete sobre as referidas corporações, observe, alem do que se acha disposto no Codigo Administrativo de 1842 e que possa ter applicação ao caso sujeito, as instrucções seguintes:

1.ª Para a approvação nos contractos de aquisição de predios, convem que ao preço d'essa aquisição possam corresponder lucros que, deduzida a percentagem provavel para despezas de conservação, reparação, seguro, contribuições e pessoal technico e administrativo sufficiente, deem vantagem segura sobre a actual collocação de capitaes em bancos estrangeiros;

2.ª O arrendamento dos predios será em hasta publica, devidamente caucionado, e com a renda adiantada, pelo menos de um mez;

3.ª Quando o Governador, auctorizado pelo Governo de Sua Magestade, entender que as mencionadas corporações devem fazer venda de qualquer dos predios adquiridos, serão estas a isso obrigadas sem dependencia de qualquer outra formalidade que não seja a ordem do mesmo Governador e á venda em hasta publica.

Paço, em 6 de abril de 1893.—*João Antonio de Brissac das Neves Ferreira.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral do ultramar

Attendendo ao desenvolvimento que tem attingido a loteria da Santa Casa da Misericordia de Macau e á necessidade de fixar n'um diploma legal as condições de existencia da mesma loteria e a partilha dos respectivos lucros;—Attendendo a que é indispensavel que, por diploma com caracter legislativo, se sancione a partilha de interesses entre a Santa Casa e o adjudicatario do exclusivo da venda dos bilhetes;—Attendendo a que, legalisado por este modo a existencia da loteria da Santa Casa, cumpre estabelecer tambem os quantitativos da distribuição dos lucros liquidos, provado, como está, que estes se mostram muito superiores ao que a mais alta benevolencia pode desejar para acudir aos infortunios da população christã fixada em Macau;—Attendendo a conveniencia de ser um quinhão d'esses lucros applicado a minorar a penuria das familias que perderam os seus chefes ou seus naturaes amparos, quando estes tenham soffrido o sacrificio das vidas no serviço do estado no ultramar, e a que nenhuma outra instituição melhor do que o Instituto Ultramarino poderá estudar os direitos dos impetrantes de beneficios, e distribuir com equidade e justiça os modicos subsidios que os resgatem da miseria imposta pela fatalidade;—Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e,—Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto Adicional á Carta Constitucional da Monarchia:—Hei por bem decretar o seguinte:—Artigo 1.º Fica legalisado o estabelecido para a loteria da Santa Casa da Misericordia de Macau, com as seguintes modificações:—§ 1.º A adjudicação será feita em praça publica, com as necessarias solemnidades e garantias estabelecidas pela lei.—§ 2.º A percentagem a pagar pelo adjudicatario não será inferior a 8 por cento nem superior a 10 por cento da importancia dos bilhetes emitidos.—§ 3.º O praso da adjudicação não será inferior a cinco annos nem superior a 8 annos.—§ 4.º Os lucros liquidos serão divididos da seguinte forma.—50 por cento pertencerão ao Estado, dando entrada no cofre da Fazenda Provincial. D'esta parte será separada importancia não inferior a um quinto, para ser transferida para o reino como subsidio ao Instituto Ultramarino;—15 por cento entrarão no cofre do Leal Senado, para terem a applicação em obras de utilidade geral;—35 por cento serão reservados para a Santa Casa da Misericordia, a fim de serem empregados, por esta, em obras de beneficencia publica.—Artigo 2.º Fica revogada a legislação em contrario. O Minis-

tro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de junho de 1902—REI.—*Antonio Teixeira de Souza.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral do ultramar

Tendo-se dado algumas irregularidades na administração da Santa Casa da Misericórdia de Macau, e convindo providenciar de forma a não só assegurar os importantes capitães actualmente a seu cargo, mas também a que os seus rendimentos sejam precisamente applicados aos fins humanitarios de tão útil associação de beneficência;

Considerando que a experiencia tem demonstrado que nem sempre os irmãos votados em assembleia geral, para exercerem os cargos da mesa directora da irmandade a que se refere o artigo 33.º de seu compromisso, approved por portaria do governador da provincia de Macau de 18 de maio de 1893, tem demonstrado na sua administração o zelo e interesse a que se obrigaram pelo mesmo compromisso, pondo assim em risco aquelles capitães;

Considerando que, assim, é sobremaneira conveniente que a acção tutelar que o Governo tem sobre esta associação se exerça por forma a evitar novas irregularidades;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e

Usando da autorização concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Addicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A mesa directora da Santa Casa da Misericórdia de Macau passa a ter a seguinte constituição:

Um provedor e dois adjuntos nomeados annualmente em portaria do governador da provincia;

Dois adjuntos, eleitos também annualmente pela assembleia geral da irmandade ou também nomeados pelo Governo, no caso de não se realizar a eleição no dia fixado para esse fim;

§ 1.º As nomeações e eleições far-se-hão de forma que a mesa assim constituida tenha a sua primeira sessão para os effeitos da posse, que lhe será dada pela mesa cessante, com assistencia do administrador do concelho, no 1.º de julho de cada anno; á primeira mesa porem, que deve tomar posse no prazo designado no

artigo 6.º do presente decreto, será esta dada pelo referido administrador, entrando desde logo em exercicio, e servindo até 30 de junho de 1907.

§ 2.º Mesario algum poderá exercer as suas funções por mais de dois annos consecutivos.

§ 3.º A mesa, na sua primeira reunião, elegerá em escrutinio secreto os mesarios que devam exercer os cargos de secretario, de thesoureiro e os de directores dos diversos serviços a cargo da irmandade.

Art. 2.º A irmandade terá um cofre á prova de fogo, de tres chaves, para guarda dos fundos que possuir e outros valores de qualquer especie, o qual para mais segurança poderá, entendendo-se necessario, ser guardado na thesouraria da fazenda com auctorização do governador.

§ unico. São clavicularios d'este cofre, com responsabilidade solidaria, o provedor, secretario e thesoureiro.

Art. 3.º Para o desempenho de todo o serviço de escripturação, que se fará sob a direcção do secretario, terá a irmandade um empregado com o vencimento proposto pela mesa e approvedo pelo governador, o qual deve ter perfeito conhecimento de escripturação commercial, sendo a sua nomeação feita pelo mesmo governador, precedendo concurso publico por provas praticas perante a mesa, preferindo, em igualdade de circumstancias, o que tenha melhores habilitações.

Art. 4.º Como auxiliar do thesoureiro haverá tambem um empregado nomeado nas condições do artigo 3.º, que terá a seu cargo um outro cofre denominado "caixa", onde guardará os fundos das cobranças dos rendimentos da irmandade, e pelos quaes é responsavel até a sua entrega ao thesoureiro, sendo alem d'isso o encarregado de effectuar todos os pagamentos que haja a realizar em face dos documentos que para esse fim receber do referido thesoureiro, a quem prestará contas diariamente, cumprindo em tudo as instrucções que a mesa formulará para por elle serem observadas.

§ unico. Este empregado prestará a caução que for indicada no annuncio do concurso, nos termos em que a mesma caução é exigida aos exactores da fazenda, aos quaes é equiparada para os effectos criminaes.

Art. 5.º Os mesarios nomeados pelo Governo, em exercicio, são para todos os effectos considerados irmãos da Santa Casa.

§ unico. Os cargos de mesarios da Santa Casa são accumulaveis com quaesquer funções publicas.

Art. 6.º Em seguida a publicação d'este decreto no *Boletim Official* da provincia de Macau, o governador da mesma provincia providenciara para que seja convocada a assembleia geral dos

irmãos da Santa Casa da Misericórdia, a fim de no prazo de oito dias proceder á eleição dos dois adjuntos que pela mesma assembleia tem de ser eleitos, e, em seguida a esta reunião, fará as nomeações que tenha de effectuar, nos termos do artigo 1.º, mandando dar immediatamente posse á nova mesa.

§ unico. Constituida esta, o provedor fará novamente convocar a assembleia geral dos irmãos da Santa Casa, a fim de se proceder á reforma do compromisso da irmandade nos termos do presente decreto.

Art. 7.º Ao inspector de fazenda da provincia compete exercer a devida fiscalização sobre a administração financeira e contabilidade da Santa Casa da Misericórdia, procedendo a balanços ao cofre quando o entenda conveniente, mas pelo menos uma vez por anno, dando conhecimento ao governador, em relatório circunstanciado, do estado da administração, irregularidades que note e de tudo o mais que se lhe offereça.

§ unico. No serviço de administração e fiscalização observar-se-hão, na parte applicavel, os preceitos estabelecidos no regulamento de 3 de outubro de 1901.

Art. 8.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço em 3 de novembro de 1905.—REI.—*Manoel Antonio Moreira Junior.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral do ultramar

Constituindo a loteria da Santa Casa da Misericórdia de Macau um dos mais importantes rendimentos d'esta humanitaria instituição de beneficencia e caridade, e advindo igualmente da mesma loteria para o Estado e para o Leal Senado da Camara d'aquella cidade importante rendimento resultante das percentagens que sobre os lucros liquidos de cada serie foram estabelecidas por decreto de 28 de julho de 1902 como suas receitas proprias;

Considerando que, muito embora o systema actualmente seguido de constituir exclusivo cedido pela Santa Casa a venda de todos os bilhetes emitidos por ella por cada serie mensal da referida loteria, segundo os planos confeccionados pelo concessionario de accordo com a mesa e approvados pelo governador da provincia, seja o que mais convem ao desenvolvimento da

mesma loteria, como a experiencia o tem demonstrado, pela facilidade das vendas a credito, como é do uso local, processo que á Santa Casa da Misericordia não seria permittido adoptar sem que fosse obrigada a exigir dos revendedores garantias difficeis de prestar, especialmente pelos estabelecidos em territorio estrangeiro, onde a loteria tem maior venda, é indispensavel não perder de vista o fundamento que justificou uma semelhante concessão a favor de uma tal instituição, qual foi o de obter os meios necessarios para melhor poder satisfazer aos fins do seu compromisso, todos de beneficencia e caridade;

Considerando que assim não é licito permittir que os lucros a auferir pelo concessionario vão alem da justa compensação que lhe é devida pelo seu trabalho, responsabilidade, encargos e capital depositado como garantia do custo dos bilhetes e dos premios correspondentes;

Considerando ainda que tambem é conveniente áquelles interesses dispor de maneira a que o concessionario seja obrigado a regular os planos de cada serie da loteria conforme a procura dos bilhetes, o que á mesa da Santa Casa é facil conhecer pelas informações que directa ou indirectamente pode colher, não só em Macau, mas ainda nas diversas colonias e paises estrangeiros, onde são vendidos pelo premio com que se effectua a sua venda ao publico;

Considerando finalmente que é de toda a conveniencia que o Governo exerça uma fiscalização activa, directa e especial, sobre todo o serviço da loteria, completamente alheia á acção da mesa da Santa Casa, para evitar reclamações e factos menos regulares em detrimento d'aquelles interesses e só prejudiciaes ao credito d'esta instituição e até do Governo;

Attendendo a que nem os preceitos actualmente na concessão do referido exclusivo, nem tão pouco as clausulas do contrato vigente preenchem os fins que se deve ter em vista a tal respeito;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º As arrematações do exclusivo da loteria da Santa Casa da Misericordia de Macau, a que se refere o § 1.º do artigo 1.º do decreto com força de lei de 28 de junho de 1902, serão de futuro feitas perante a commissão de que trata o artigo 156.º do titulo 6.º, capitulo unico do regulamento geral de administração de fazenda do ultramar em 3 de outubro de 1901, sob as seguintes bases:

1.ª As arrematações serão annunciadas precedendo resolução do governador da provincia, pela Repartição Superior de Fazenda, com antecedencia nunca inferior a sessenta dias d'aquelle

em que devam realizar-se, sendo o annuncio publicado pelo menos com a antecipação de seis meses d'aquelle em que deva começar a vigorar o novo contrato. Este annuncio será publicado no *Boletim Official* da provincia e em outros jornaes que ao referido governador pareça conveniente.

2.ª As arrematações serão feitas por meio de propostas em carta fechada, segundo o teor que fór estabelecido no annuncio, entregues á mesma comissão no acto da abertura da praça e garantidas pelo deposito que fór fixado pelo governador da provincia, devendo, quando com relação á offerta mais vantajosa haja duas ou mais propostas iguaes, abrir-se em acto continuo licitação verbal entre os signatarios d'estas propostas, servindo de base o preço nellas offerecido.

3.ª A comissão deve reservar-se o direito de não effectuar as adjudicações quando o entenda conveniente.

4.ª O prazo dos contratos é fixado em cinco annos, não sendo em caso algum permittida qualquer prorrogação.

5.ª Os contratos serão adjudicados, reservando o disposto na base 3.ª, a quem offerecer pagar á Santa Casa maior percentagem sobre a importancia dos bilhetes emittidos, ficando assim revogado o limite maximo estabelecido no decreto de 28 de junho de 1902.

6.ª Os contratos serão rescindidos unicamente quando o concessionario deixe de cumprir qualquer das condições a que por elles se obrigue, revertendo a favor da Santa Casa todas as garantias por elle prestadas, cujas importancias farão face ao pagamento dos premios e bilhetes emittidos, tendo a differença que houver, decorrido que seja um anno após o dia da respectiva extracção, a applicação a que se refere a base 9.ª

7.ª O concessionario fica obrigado a entregar á Santa Casa, tres meses depois de cada sorteio, os bilhetes premiados que tenham sido pagos, para serem inutilizados pela mesa, lavrando-se o respectivo termo de entrega e de inutilização, onde se declararão os numeros, fracções e premios correspondentes a cada bilhete inutilizado.

8.ª Com os bilhetes a que se refere a base 7.ª o concessionario fica tambem obrigado a entregar a mesa a importancia equivalente á totalidade dos premios relativos á extracção a que respeitem os mesmos bilhetes que estejam ainda nessa data por pagar; desde então e até que decorra um anno após o dia em que se tenha realizado a respectiva extracção, a mesa da Santa Casa fica obrigada a effectuar, á vista, o pagamento dos premios correspondentes aos bilhetes que se lhe apresentem.

9.ª A importancia dos premios não reclamados dentro do prazo indicado na base 8.ª será levada á conta dos lucros a que se

refere o § 4.º do citado artigo 1.º do decreto com força de lei de 28 de junho de 1902 para o fim ali determinado.

10.ª O valor total dos bilhetes de cada serie da lotaria não poderá ser inferior a 100:000 patacas, exceptuando porém as quatro primeiras series do contrato, com relação ás quaes é concedido reduzir este limite a 50:000 patacas.

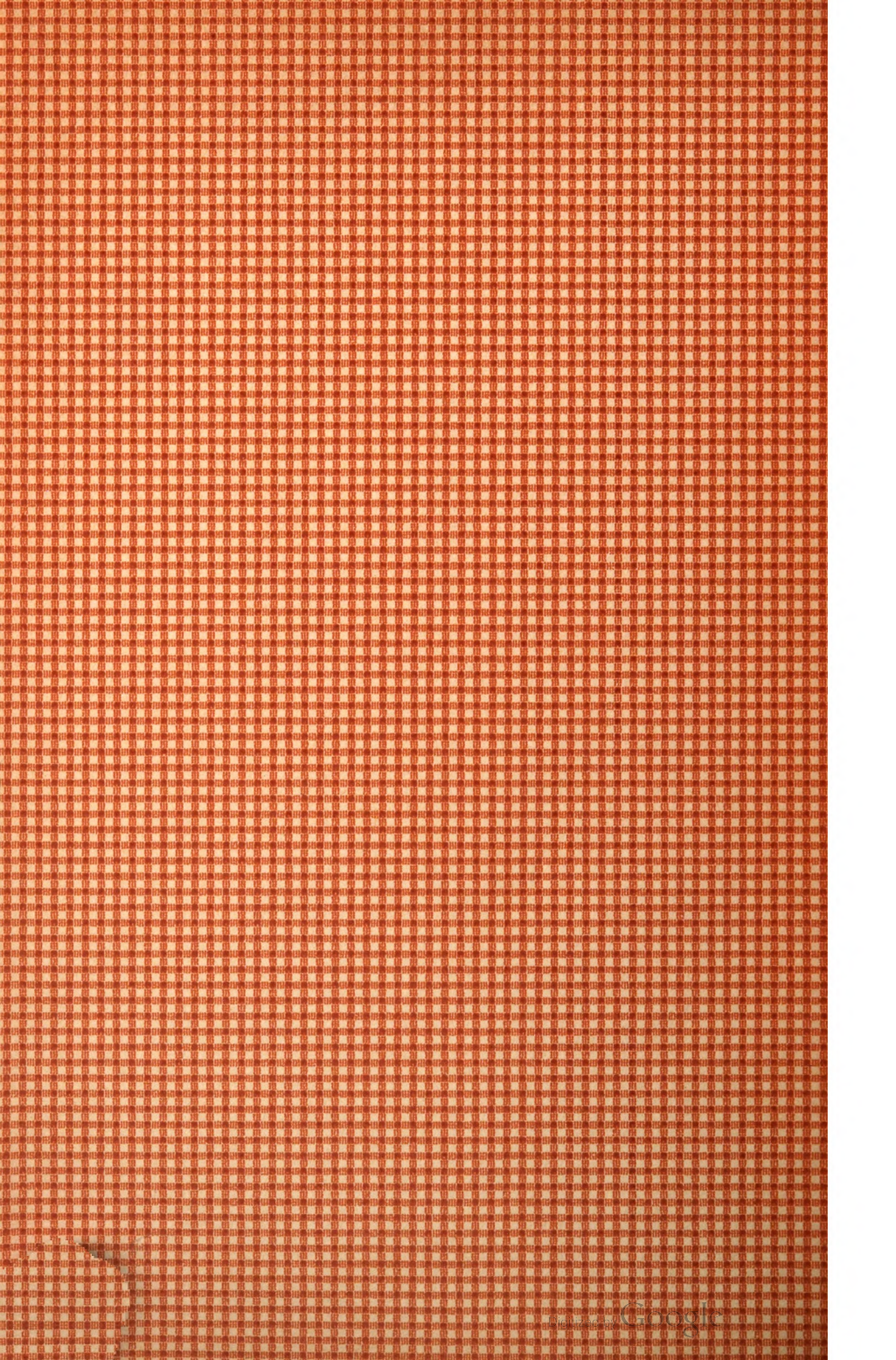
11.ª Sempre que, em relação a tres series seguidas da lotaria, o preço dos bilhetes, em Macau tiver no mercado premio superior a 10 por cento do preço que lhe corresponder, segundo o seu valor facial, o concessionario é obrigado a aumentar, pelo menos na mesma proporção, o valor total de cada serie a contar da correspondente ao terceiro mês que se seguir áquelles, devendo a mesa fazer-lhe para esse effeito o devido aviso.

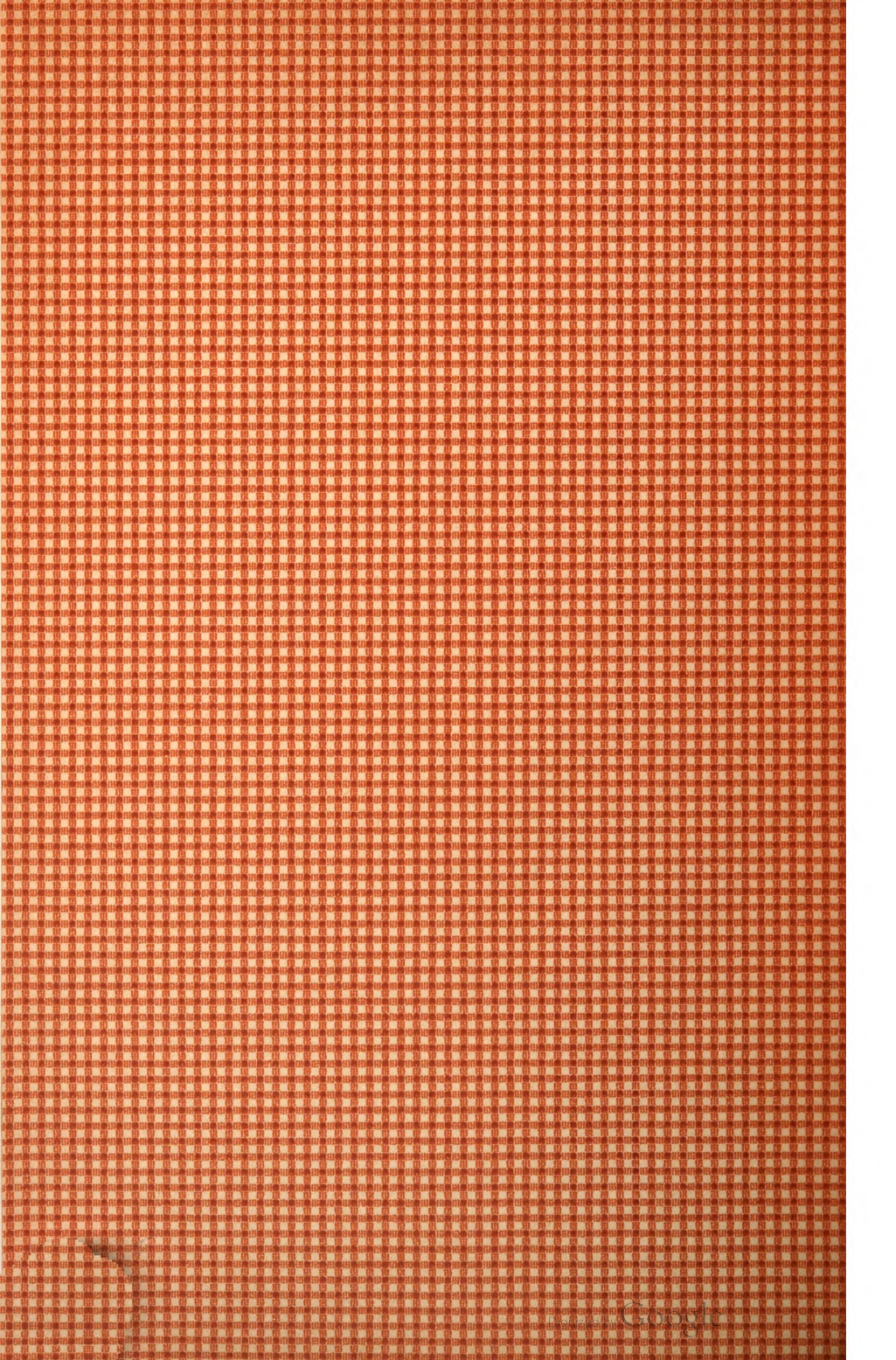
Este valor será porem reduzido na devida proporção até o limite de 100:000 patacas fixado na base 10.ª, quando em iguaes periodos o premio dos bilhetes decrescer.

Art. 2.º Ao inspector de fazenda da provincia de Macau compete exercer fiscalização sobre todo o serviço respeitante á lotaria, devendo presidir por si, ou por delegação no seu immediato, aos actos da extração, a que sempre assistirão dois mesarios da Santa Casa e o administrador do concelho.

Art. 3.º Subsistem nos futuros contratos das arrematações para a venda da lotaria da Santa Casa da Misericordia de Macau as clausulas do contrato do exclusivo actualmente em vigor na parte não alterada ou revogada por este decreto.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 3 de novembro de 1905.—REI.—*Manoel Antonio Moreira Junior.*





Widener Library



3 2044 082 561 002

HD